

**Afirmação de Maia expressa repúdio geral:**

# “Defender ditadura é estimular desordem e flertar com o caos”



## Bolsonaro participou de ato pelo fechamento do Congresso e Supremo

O deputado Rodrigo Maia (Dem-RJ), presidente da Câmara dos Deputados, divulgou nota nas redes sociais no domingo (19) repudiando a participação do presidente da República em ato defendendo a instalação da ditadura. “Para ‘vencer esta guerra contra o coronavírus precisamos de ordem, disciplina democrática e solidariedade com o próximo. Defender a ditadura é estimular a desordem. É flertar com o caos’, afirmou. De todos os setores da sociedade chegaram repúdios a manifestação golpista que pedia uma ditadura. **Pág. 3**



**Nas bancas toda quarta e sexta-feira**

Michel Jesus - Câmara



## Bolsonaro afronta Forças Armadas, afirma deputada Perpétua Almeida

A deputada Perpétua Almeida (AC), líder do PCdoB na Câmara dos Deputados, repudiou a participação do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) no ato golpista realizado no domingo (19) em frente ao Quartel-General do Exército, em Brasília. “Pela Constituição, o presidente da República é também o comandante das Forças Armadas. Até os generais ressaltaram que o gesto foi ‘provocação’ e ‘fora de hora’”, destacou a parlamentar. **Página 3**

## Para ex-ministro Bresser, é urgente emissão de moeda

O ex-ministro Luiz Carlos Bresser Pereira afirmou que a emissão de moeda para enfrentar os problemas causados pela pandemia do coronavírus “é uma solução óbvia”. “Não se trata, literalmente, de imprimir dinheiro, afirmou o economista em entrevista no último domingo. **Página 2**

# Discurso golpista de Bolsonaro na porta de quartel desagrada militares



Cemitério do Caju (RJ) está se preparando para sepultamentos em massa

## 79% defendem punição para quem violar a quarentena

Pesquisa Datafolha, divulgada no sábado (18), mostra que 79% dos entrevistados defendem punição para pessoas que desrespeitam regras de quarentena estabelecidas em razão da pandemia provo-

cada pelo novo coronavírus. Jair Bolsonaro tem desrespeitado as orientações das autoridades sanitárias que pedem que a população se mantenha dentro de casa para conter o contágio e reduzir

as mortes pelo coronavírus. Segundo o Datafolha, 64% dos entrevistados acharam que Jair Bolsonaro “agiu mal” ao demitir Luiz Henrique Mandetta do cargo de ministro da Saúde. **Página 4**

Edilson Rodrigues - Fotos Públicas



## Senado enterra MP que tirava mais direitos de trabalhadores

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, atendeu ao apelo da maioria dos líderes e retirou da pauta a MP 905, chamada de ‘Contrato Verde Amarelo’, por entender que ela tirava do foco o combate à pandemia. **P. 5**

“A presença do presidente Jair Bolsonaro na manifestação em frente ao Quartel General do Exército contra o Congresso e o Supremo Tribunal Federal (STF), na tarde deste domingo (19), provocou um ‘enorme desconforto’ na cúpula militar”, afirmou a jornalista do “Estado de S. Paulo”, Tânia Monteiro. Oficiais-generais disseram ao

jornal, segundo a repórter, que “não se cansam de repetir que as Forças Armadas são instituições permanentes, que servem ao Estado Brasileiro e não ao governo”. Na avaliação dos generais ouvidos pelo Estadão, o protesto, que chegou a pedir intervenção militar, não poderia ter ocorrido em momento e lugar piores. **Página 3**

## General Santos Cruz condena golpistas: Exército tem prestígio por ser um pilar da democracia

“O Exército é instituição do Estado. Não participa das disputas de rotina. Democracia se faz com disputas civilizadas, equilíbrio de Poderes e aperfeiçoamento das instituições”, disse o general Santos Cruz. “O EB (@exercitooficial) tem prestígio porque é exemplar, honrado e um dos pilares da democracia”, concluiu o militar. **Pág. 3**



Fábio Rodrigues Pozzebom - ABR

## Ministros do STF Luis Roberto Barroso, Gilmar Mendes e Marco Aurélio Mello repudiam golpismo

Para o ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), é “assustador” ver manifestações pela volta do regime militar, após 30 anos de democracia. Na opinião do ministro Marco Aurélio de Mello, “não há

espaço para retrocesso. Os ares são democráticos e assim continuarão. Visão totalitária merece a excomunhão maior”. O ministro Gilmar Mendes também condenou a manifestação golpista de Bolsonaro na porta do QG do Exército. **P. 3**

## “É lamentável que o presidente adira a ato antidemocrático”, diz Fernando Herique Cardoso



“Lamentável que o Presidente adira a manifestações antidemocráticas. É hora de união ao redor da Constituição contra toda ameaça à democracia. Ideal que deve unir civis e militares; ricos e pobres. Juntos pela liberdade e pelo Brasil”, afirmou o ex-presidente FH. (PSDB). **P. 3**

**Estados já estão à beira do colapso das UTLs**

## Entidade de prefeitos apoia ajuda emergencial aprovada na Câmara

A Federação Nacional dos Prefeitos (FNP) divulgou nota manifestando apoio ao projeto de lei de ajuda emergencial aos estados e municípios para fazer frente à pandemia do coronavírus, aprovado pela Câmara dos Deputados, por 431 votos a favor e 70 votos contrários, no dia 13 de abril. O projeto garante que haja uma recomposição das perdas da arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para estados e do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) para municípios até setembro em patamares iguais aos de 2019.

Após várias tentativas do governo federal de impedir a votação e de fazer chegar a ajuda emergencial aos entes federados, o projeto, agora em discussão no Senado Federal, sofre novos ataques, enquanto a doença avança pelo país e cresce o número de mortes.

Segundo a entidade, “Prefeitos e prefeitas estão perplexos e apreensivos com a postura do governo federal de provocar o conflito regional como forma de deixar de cumprir suas obrigações com a saúde da população e harmonia federativa”.

A seguir, a íntegra da nota.

### NOTA OFICIAL

O mundo atravessa uma pandemia de proporções ainda não conhecidas totalmente. O enfrentamento ao coronavírus tem demanda de ações rápidas e assertivas dos governantes para proteger a vida das pessoas. No Brasil, no entanto, há uma condição anômala que tem exigido lidar, de um lado com a COVID-19 e, de outro, com a instabilidade de posicionamentos duvidiosos do governo federal.

Prefeitos e prefeitas estão perplexos e apreensivos com a postura do governo federal de provocar o conflito regional como forma de deixar de cumprir suas obrigações com a saúde da população e harmonia federativa.

Sobre a saúde, reiteraram, mais uma vez, que há necessidade urgente de pactuação federativa com orientações claras sobre as medidas relativas ao isolamento social, forma mundialmente utilizada para prevenir a pandemia. Ciente disso, a Frente Nacional de Prefeitos (FNP) enviou, no dia 27 de março, o ofício 197/2020, questionando se havia orientação do governo federal no combate à COVID-19. Como não recebeu resposta, reforçou o pedido em 30 de março, no ofício 213/2020. Além disso, anteriormente, no dia 18 de março, sugeriu que o cadastro da CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas) fosse utilizado em todo o país como parâmetro para as restrições comerciais, industriais e de serviços.

Sobre a economia, os governantes locais discordam veementemente da alternativa apresentada pela equipe econômica do governo federal, de propor recomposição de receitas pelo critério per capita. Como o termo diz, recompor receitas parte do pressuposto de que haverá uma perda a ser coberta. Sendo assim, não é razoável que municípios que pouco ou nada arrecadam com determinado tributo sejam beneficiados com recursos extraordinários para suportar frustrações de receitas inexistentes.

A FNP defende que as regras de partilha de recursos, que o governo federal tem obrigação constitucional de empreender, sejam feitas para atender de fato às demandas. Ou seja, para enfrentar o coronavírus, que sejam feitas via fundos do Sistema Único de Saúde (SUS) e do Sistema Único da Assistência Social (SUAS). E, para superar a queda de receitas de municípios e estados, que sejam por meio da recomposição aos entes subnacionais como aprovado no Projeto de Lei Complementar 149, pela Câmara dos Deputados.

Cabe ressaltar que municípios vêm empreendendo esforços de austeridade fiscal. Têm implementado iniciativas estruturantes e algumas para o momento, tais como reduzir subsídios de cargos eletivos, suspender gratificações e benefícios e revisar contratos. Sobre isso, sugerem fortemente que as demais esferas de governo, bem como os demais Poderes, também adotem medidas nessa direção.

Diante disso, prefeitas e prefeitos clamam para que o governo federal pare de fomentar e propagar hostilidades entre os entes federados. O diálogo é a forma democrática de conduzir uma nação. A saída dessa crise, de enormes proporções, demandará ações coordenadas entre os governantes das três esferas de todas as regiões.

Brasília, 14 de abril 2020.

# Estados alertam que sem recurso da União haverá colapso social

Foto: Sérgio Andrade/Governo SP



Hospital de Campanha de São Paulo para pacientes infectados pelo Covid-19

## Bresser: é urgente a emissão de moeda e estamos sem governo

O ex-ministro Luiz Carlos Bresser Pereira afirmou, neste domingo (19), em entrevista ao Uol que a emissão de moeda para enfrentar os problemas causados pela pandemia do coronavírus “é uma solução óbvia”. “Não se trata, literalmente, de imprimir dinheiro. Bresser-Pereira defende que isso seja feito por meio da compra de títulos públicos pelo Banco Central, algo que está em discussão por meio da PEC (Proposta de Emenda à Constituição) do orçamento de guerra, que está no Congresso”, disse ele.

“Se o Tesouro passa a dever para o Banco Central, e o Tesouro e o Banco Central são dois órgãos do Estado, é claro que não houve nenhum aumento da dívida do Estado, só uma mudança de quem é credor internamente. Você pode dizer que isso é uma emissão de moeda”, afirma o economista. Para Bresser esta “é a maior crise econômica que o mundo tem desde 1929”. “É uma crise econômica sem precedentes, porque não é uma crise financeira. É uma crise que vem de um vírus, é um problema sanitário. Claro que já houve crises sanitárias antes. Uma muito grave foi a da gripe espanhola (1918). Mas não houve uma reação econômica muito clara”, explicou.

O ex-ministro também criticou a atuação da equipe econômica na atual crise e o comando do presidente Jair Bolsonaro (sem partido): “Não existe um governo federal, na prática. Mais precisamente, nós não temos um presidente”. As medidas emergenciais, como a ajuda de R\$ 600, segundo Bresser, estão sendo tomadas pelo Congresso Nacional. “Sempre se espera, é o que está acontecendo nos outros países, que quem tome a iniciativa é o Poder Executivo. Pedindo, claro, a colaboração do Congresso



Luiz Carlos Bresser Pereira

nas medidas que propõe”, disse o ex-ministro. “Mas, adiantou, “não é isso que está acontecendo, porque não existe um governo federal, na prática. Mais precisamente, nós não temos um presidente”. “Temos um governo em que o ministro da Economia (Paulo Guedes) está perplexo, porque toda a sua administração estava montada na ideia de um ajuste neoliberal radical, que não estava dando certo, mas era isso que ele estava fazendo. De repente ele vai ter que gastar muito dinheiro. Até ele se dar conta disso e se ajustar a essa ideia, está difícil”, observou Bresser.

Ele disse que é urgente a injeção de recursos do Estado. “Quando você tem uma crise como a de 2008, por exemplo, a solução óbvia do ponto de vista econômico, e que foi adequada, foi uma solução keynesiana contracíclica. Todos os Estados fizeram enormes gastos em 2009, isso seguiu a demanda e a economia foi saindo da crise”, afirmou.

“Agora não é esse o problema. Não adianta simplesmente, diante dessa crise, começar a aumentar gastos em infraestrutura, por exemplo. Ainda que sejam muito necessários para o país, mas isso é uma outra história. O problema que você tem é, de um lado, aumentar o gasto na própria saúde. Isso é

um peso relativamente grande. Agora, o maior gasto é que o governo precisa subsidiar as famílias. Não só as famílias mais pobres, que são as prioritárias, com um sistema de renda mínima, mas também as famílias de classe média que estão desempregadas”, avaliou. “Por outro lado”, prosseguiu Bresser Pereira, “você precisa subsidiar as empresas, seja em compensação para elas não demitirem funcionários, seja para, se demitirem porque não há nenhuma produção, dar crédito e algum apoio. Isso é o que está sendo feito em todo o mundo. Está sendo feito também no Brasil”.

Bresser classificou como muito fraca a atuação da equipe econômica do governo. “Ainda bem que o (presidente da Câmara) Rodrigo Maia (DEM-RJ) e os congressistas de um modo geral novamente se anteciparam. Essa história de que os políticos brasileiros são todos ruins é falsa. Ficou mais uma vez provado agora”, disse. “Eles que estão comandando essas medidas. Claro que o Ministério da Economia também está participando, mas muito pouco, muito insatisfatoriamente, a meu ver”, acrescentou.

Veja matéria completa: <https://horadopovo.com.br/e-urgente-a-emissao-de-moeda-e-estamos-sem-governo-diz-bresser/>

Governadores pedem ao Senado que aprove o projeto de ajuda financeira que recompõe as perdas da arrecadação aprovado na Câmara para que todos possam enfrentar a crise

Seis e cinco governadores pediram ao presidente do Senado, David Alcolombre, através de carta enviada na quarta-feira (15), a aprovação pelo Senado do projeto de ajuda emergencial aos estados e municípios aprovado pela Câmara dos Deputados.

Os dois únicos governadores que não assinaram a carta foram o de Roraima, Andonito Denarium, e o de Rondônia, Marcos dos Santos. O projeto visa fazer frente à crise provocada pela pandemia da Covid-19 que já causou mais de 1.700 mortes no Brasil.

A medida prevê a recomposição, por seis meses, das perdas do ICMS e ISS que ocorrerão nos estados e municípios, fruto da violenta crise que se abateu sobre o país e o mundo, provocada pela pandemia do coronavírus. O projeto é considerado fundamental para que estados e municípios possam tomar medidas de enfrentamento da expansão do vírus, assim como garantir o atendimento à demanda explosiva de atendimento aos pacientes infectados.

O projeto visa impedir as restrições financeiras dos entes da federação num momento grave onde será necessário tomar medidas de ampliação da estrutura de saúde com a aquisição de equipamentos de proteção, testes diagnósticos, respiradores e demais insumos para equipar hospitais e leitos de UTI.

Além disso, há a necessidade de mitigar os efeitos que a pandemia de Covid-19 provoca na economia. O governo resiste à liberação dos recursos emergenciais e pressiona pela rejeição da proposta no Senado.

Na contramão de todo o mundo, que vem liberado grandes volumes de recursos públicos para fazer frente às restrições econômicas e ao combate ao vírus, Bolsonaro e Guedes retêm os recursos de socorro e ainda usam a crise para pressionar estados e municípios a fazerem cortes nos serviços públicos.

O texto aprovado pela Câmara prevê ajuda pelos próximos seis meses, num total de cerca de R\$ 80 bilhões, para compensar as perdas com a queda na arrecadação do ICMS e do ISS.

Paulo Guedes chegou a chamar os gastos emergenciais reivindicados pelos governadores de “pauta bomba” e articula proposta com valores bem abaixo do que necessitam os governadores e prefeitos. Segundo Rodrigo Maia, a proposta do governo é de R\$ 22 bilhões de recursos em três meses.

O presidente da Câmara defende a aprovação pelo Senado da proposta apoiada por 431 deputados e afirma que essa é uma obrigação do governo federal para evitar um colapso nas finanças dos estados

em plena pandemia da Covid-19.

“Este é o pior momento para uma crise federativa com a União. Queremos garantir as condições para que todos os Estados e municípios possam enfrentar a crise. O único ente que pode dar essa garantia é a União, que tem o poder de emitir moeda”, diz o deputado.

O mesmo governo que resiste a liberar recursos aos Estados, anunciou dia 23 de março, uma “injeção de liquidez” de R\$ 1,2 trilhão para o sistema financeiro.

“Não haverá reconstrução nacional e retomada econômica se permitirmos o colapso social que adviria da interrupção de serviços públicos essenciais, como saúde, segurança, educação, sistema penitenciário, iluminação e limpeza pública”, afirmam os governadores na carta que publicamos a seguir.

### Carta ao Senado Federal em apoio ao PLP 149-B/2019

“Os Governadores abaixo assinados vêm manifestar a V.Exa. e aos ilustres senadores da República o reconhecimento pelo empenho na adoção de medidas sociais, sanitárias e federativas neste momento de terrível crise.

A esse respeito, enfatizamos nosso apoio à aprovação integral do Projeto de Lei Complementar – PLP nº 149-B de 2019, que estabelece auxílio financeiro da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para mitigar os efeitos da pandemia de Covid19, possibilitando a recomposição temporária de receitas dos entes subnacionais.

Estamos dedicados à salvaguarda da população contra o novo coronavírus e contra as implicações econômicas decorrentes da atual emergência sanitária. Temos compromisso com a proteção da vida e, igualmente, com a defesa de empresas e empregos, o que somente será possível com a manutenção do adequado funcionamento do Estado.

Efetivamente, não haverá reconstrução nacional e retomada econômica se permitirmos o colapso social que adviria da interrupção de serviços públicos essenciais, como saúde, segurança, educação, sistema penitenciário, iluminação e limpeza pública.

À imediata aprovação do referido projeto constitui, assim, forma eficiente de evitar uma perturbação generalizada e salvar numerosas vidas. Afinal, a demora na apresentação de soluções concretas é o nosso maior inimigo depois do vírus.

Conhecedores do espírito patriótico do Senado Federal, enviamos esta respeitosa manifestação às senadoras e aos senadores da República, confiantes em seu acolhimento.”

## Em plena pandemia, Bolsonaro vende campo Papa-Terra na Bacia de Campos

O governo Bolsonaro segue acelerando a venda do patrimônio do povo brasileiro em plena pandemia do coronavírus e diante da mais grave crise econômica mundial.

Na sexta-feira (18), a direção da Petrobrás divulgou o início da fase vinculante do processo de venda da totalidade de sua participação no campo de Papa-Terra, localizado em águas profundas no sul da Bacia de Campos, no Rio de Janeiro. A Petrobrás é detentora de 62,5% do campo e os 37,5% restantes pertencem à norte-americana Chevron.

O campo de Papa-Terra iniciou sua operação em 2013 e sua produção média de óleo e gás, em 2019, foi de 17,3

mil barris de óleo equivalente (boe) diários, por meio das plataformas P-61 e P-63.

A venda do campo Papa-Terra foi anunciada no início de fevereiro deste ano. Na fase vinculante, a direção da Petrobrás escolhe as empresas que considera aptas a adquirirem o patrimônio da companhia, através de carta-convite, com as instruções sobre o processo do desmonte implementado pelo governo.

Outro país que está protegendo suas empresas nacionais é a Alemanha, que bloqueou a compra de empresas alemãs por companhias estrangeiras com o objetivo de conter o prejuízo que a pandemia vem causando em sua economia.

## Taxa ilegal do cheque especial está proibida

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou que os bancos deixem de cobrar tarifa sobre o cheque especial não utilizado.

Para o ministro, a medida era ilegítima e inconstitucional. De acordo com Gilmar Mendes, a resolução “ostenta contornos de ilegitimidade por incidir sobre contratos em curso, na medida em que retroage sua eficácia (1.6.2020) para alcançar pactos firmados anteriormente que não previam qualquer custeio de manutenção do limite disponível”.

Leia matéria completa no site do HP: <https://horadopovo.com.br/gilmar-mendes-proibe-taxa-ilegal-do-cheque-especial/>.

### Escreva para o HP

horadopovo@horadopovo.com.br

**HORA DO POVO** é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto Rua José Getúlio, 67, Cj. 21 Liberdade - CEP: 01509-001 São Paulo-SP E-mail: inc24agosto@uol.com.br C.N.R.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto Redação: fone (11) 2307-4112 E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br E-mail: comercial@horadopovo.com.br E-mail: hp.comercial@uol.com.br

Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

**Sucursais:**

**Rio de Janeiro (RJ):** IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679

**Brasília (DF):** SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000

Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br

**Belo Horizonte (MG):** Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480

**Salvador (BA):** Fone: (71) 9981-4317 - E-mail: horadopovobahia@oi.com.br

**Recife (PE):** Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004

Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603

E-mail: horadopovope@yahoo.com.br

**Belém (PA):** Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa, 140 Curio-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823

**Correspondentes:** Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

[www.horadopovo.com.br](http://www.horadopovo.com.br)

Sérgio Lima/AFP



“Que morram quantos tiverem que morrer”, disse Jair Bolsonaro sobre o coronavírus

## Léo Alves: Vômito das profundezas do inferno

LÉO DA SILVA ALVES (\*)

O presidente da República Federativa do Brasil explicitou a sua posição: “que morram quantos tiverem que morrer”. O plano macabro anunciado publicamente é no sentido de que o isolamento social acabe, as atividades plenas sejam retomadas e morram os que tiverem que ficar pelo caminho para que hipoteticamente se salve a economia (leia-se a possibilidade de reeleição). O que será que pensam aqueles que apoiam essa pregação genocida? O que têm na cabeça pessoas supostamente informadas para se deixarem levar pelo canto fúnebre de uma tragédia humanitária?

Se você não teve – e espero que não tenha –, eu tive gente que amo, em plena capital da República, em isolamento social e, ainda assim, infectada por uma superfície qualquer. Sem atendimento médico, mesmo que houvesse disponibilidade de planos de saúde e de recursos para assistência particular. Dez dias sem teste; dez dias que se prolongam sem receber o olhar de um médico, que fosse pela telemedicina; dez dias a receber alimentos deixados na porta para serem recolhidos à distância, como animais em zoológico. A resposta recebida em todas as buscas é a mesma: o sistema entrou em colapso. Uma desgraça é a pandemia em si; outra tragédia é ter no comando do Brasil esse vômito das profundezas do inferno; esse subproduto da escória da humanidade; esse verme que sobressaiu dos esgotos mais fétidos e, como manipulador escroto, retine em torno de si indivíduos igualmente infames, abjetos, travestidos de autoridades. E a eles se acrescentam três filhos de índole perversa, que não parece serem frutos do sagrado ventre da maternidade, mas larvas expelidas por fossas sépticas em transbordamento. E não faltam os ignorantes funcionais, cientistas da Internet, que ajudam a colocar o sagrado país de Vera Cruz no palco da vergonha internacional; e que, usando indevidamente os sagrados símbolos da pátria, insanos e impiedosos, saem às ruas para apoiar a peste do Palácio da Alvorada no propósito de amontoar cadáveres de irmãos de cidadania.

Enfim, a lembrar dos milhares que morreram e que perecerão nesse projeto consciente de um exterminador oficial, afasto-me por instantes do elevado exemplo do Cristo e enveredo, sob a forte emoção, para o justificável ambiente do embutecimento. O próprio caráter humanista de advogado nesta hora se debate entre a ponderação e as mesuras do ofício, de um lado, e a indignação, por outro turno, contra o atentado coletivo ao mais sagrado valor do direito: a vida.

E assim, àquele que expele morticínio pelo cuspe, desejo que tenha vida longa – longa o suficiente para receber a condenação pelos seus crimes, por meio de tribunais justos, diferentemente do assassinato em série que admite contra pessoas sem defesa; e que quando a morte se aproximar, quando o destino o quiser, que seja lenta e agonizante – lenta para lhe dar o tempo necessário a compungir os seus atos; e agonizante, para que, pela dor lacerante, sirva de funesto modelo a quantos queiram se aventurar no patrocínio à desgraça dos seus povos.

O direito não é o altar da piedade, é o método de distribuir a cada um aquilo que lhe pertence (segundo axioma clássico de Ulpiano); é uma ciência humana e, como tal, em harmonia com o seu núcleo científico, não compactua com qualquer raciocínio à margem da insensatez, assim como, por ser humana, é seu dever o emprego das armas que dispõe para o resguardo dos bens jurídicos comuns e necessários à preservação da humanidade. A voz, o escrito e a contumácia sob o lastro da indignação são recursos associados à dignidade da advocacia.

O advogado é um incomformado com a injustiça, com o descaso à ordem legal e tem na causa da pátria a maior das suas causas. É legítimo, ainda, que do seu julgamento íntimo, emanem sentenças gravosas, proporcionais à percepção das ameaças à sociedade da qual faz parte. Os advogados brasileiros enfrentaram cães da polícia e as patas do cavalo branco do general Newton Cruz no auge da ditadura. Não receberam procuração para tanto; agiram investidos pela consciência cívica.

Por isso, exerceo o furor em oposição à apatia das instituições. Grito à beira do abismo, como advogado e como alguém que se imagina inserido na civilização. Quem sabe a lucidez faça eco. É certo que, com milícias a serviço do poder, sempre há risco no enfrentamento do roubo autoritário. Mas que, pelo menos neste espaço, brasileiros saibam que é preciso dizer ao mundo que há um genocídio em curso e uma nação enxovalhada pelos excrementos fétidos que o Chefe de Estado, em atípico processo fisiológico, dejeta pela boca todos os dias.

(\*) Léo da Silva Alves é jurista, autor, dentre outros livros, de “A psicopatia na Política e no poder”, lançado em português e italiano.

## Dino rechaça ameaças da Receita Federal por compra de respiradores

O governo Bolsonaro, além de não fazer o que deve para enfrentar a pandemia do coronavírus, está querendo atrapalhar o esforço de quem está lutando com todas as forças para que não faltem leitos de UTI e respiradores para o atendimento da população atingida pela doença.

Foi anunciado pela Receita Federal um processo contra o governo do estado do Maranhão por este ter conseguido comprar 107 respiradores na China, via Etiópia. O governo do Maranhão teve que fazer um grande esforço para fugir da pirataria que vem sendo praticada pelo governo norte-americano com equipamentos que passam por aquele país.

O governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB), reagiu à ação que será representada contra o estado. “Maranhão não praticou

nenhuma ilegalidade na compra de respiradores. Mercadorias são legais, existem, estão salvando vidas. A Receita pode abrir o procedimento que quiser e atenderemos às suas exigências. Só não aceitamos ameaças nem perseguições sem sentido”, publicou o governador.

A Receita afirmou em nota que a operação foi “realizada sem o prévio licenciamento da Anvisa e sem autorização da Inspeção Receita Federal em São Luís, órgão legalmente responsável por fiscalizar a importação das mercadorias”. A Receita Federal disse ainda que vai “adotar providências legais cabíveis contra as pessoas físicas e jurídicas envolvidas, promovendo os competentes procedimentos procedimentais fiscais, além de representação aos órgãos de persecução penal”.

# Maia: “repudio todo e qualquer ato que defenda a ditadura”

Maryanna Oliveira/Câmara dos Deputados



Maia criticou Bolsonaro por incitar golpe em manifestação no domingo (19)

## Discurso golpista de Bolsonaro em frente ao QG do Exército desagradou militares

“A presença do presidente Jair Bolsonaro na manifestação em frente ao Quartel General do Exército contra o Congresso e o Supremo Tribunal Federal (STF), na tarde deste domingo, provocou um ‘enorme desconforto’ na cúpula militar”, afirmou a jornalista do “Estado de S. Paulo”, Tânia Monteiro. Oficiais-generais disseram ao jornal, segundo a repórter, que “não se cansam de repetir que as Forças Armadas são instituições permanentes, que servem ao Estado Brasileiro e não ao governo”.

Na avaliação dos generais ouvidos pelo Estadão, o protesto, que chegou a pedir intervenção militar, não poderia ter ocorrido em lugar pior. “Se a manifestação tivesse sido na Esplanada, na Praça dos Três Poderes ou em qualquer outro lugar seria mais do mesmo”, observou um deles. “Mas em frente ao QG, no dia do Exército, tem uma simbologia dupla muito

forte. Não foi bom porque as Forças Armadas estão cuidando apenas das suas missões constitucionais, sem interferir em questões políticas.”

A repórter disse que os generais não esconderam o mal-estar. Afinal, Bolsonaro os deixou em “saia justa”. Chefes militares não podem se pronunciar. O Estado, segundo a jornalista, ouviu sete oficiais-generais, sendo cinco do Exército, um da Aeronáutica e um da Marinha. Eles lembraram que o País tem uma “verdadeira guerra” a ser vencida e que não é possível gastar energia com alvos diferentes. Houve quem observasse que o presidente enfrenta “resistências”, inclusive do Congresso, mas todos avaliam que a presença dele na manifestação provocou ainda mais a ira dos representantes do Executivo e do Judiciário.

A atitude do presidente, ainda segundo a análise de um dos militares ouvidos pela repórter do

Estadão, passa um sinal trocado para a sociedade. Eles ressaltaram que passam o tempo todo tentando separar o governo do Exército, já que há sempre quem lembre da presença de militares em cargos de ministro no Palácio do Planalto.

O colunista Igor Gielow, da Folha de S. Paulo, por sua vez, disse, em sua coluna deste domingo, que, para um general ouvido por ele, “o presidente apenas quis tensionar o ambiente em um momento de fragilidade, conforme seu estilo”. Para o oficial, da cúpula da ativa, segundo o jornalista, as Forças Armadas não farão nada que fira seu papel constitucional.

Outro oficial, de um setor da Marinha mais afastado do governo, segundo Igor, preferiu a comparação com a tentativa frustrada de autogolpe de Jânio Quadros em 1961, que reduziu na renúncia do presidente.

Integra do texto em [www.horadopovo.com.br](http://www.horadopovo.com.br)

## General Alberto Santos Cruz condena golpistas: “Exército tem prestígio por ser um dos pilares da democracia”

O general Alberto Santos Cruz, ex-ministro da Secretaria de Governo, manifestou, na segunda-feira (20), sua opinião sobre a manifestação antidemocrática, que pediu o fechamento do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal (STF), ocorrida no domingo (19), em frente ao QG do Exército, em Brasília.

O ato contra as instituições democráticas contou com a presença e o apoio do presidente Jair Bolsonaro.

“O Exército é instituição do Estado. Não participa das disputas de rotina. Democracia se faz com disputas civilizadas, equilíbrio de Poderes e aperfeiçoamento das instituições”, disse o general Santos Cruz. “O EB (@exercitooficial) tem prestígio porque é exemplar, honrado e um dos pilares da democracia”, concluiu o militar, em suas redes sociais.

No domingo, dia 19, data maior do Exército, uma manifestação reduzida, mas estridente,

composta basicamente por bolsonaristas, reuniu-se em frente ao QG do Exército em Brasília para pedir a instauração de uma ditadura, com o fechamento do Congresso Nacional, do Supremo Tribunal Federal (STF) e a volta do AI-5.

Durante o ato, Jair Bolsonaro subiu na cabana de uma caminhonete e discursou apoiando os manifestantes. O Brasil inteiro repudiou a atitude irresponsável do Presidente da República.

## Para o ministro da Defesa, o inimigo é o coronavírus e suas consequências sociais

O Ministro da Defesa, Fernando Azevedo e Silva, divulgou nota à imprensa nesta segunda-feira (20) onde reafirma que “o inimigo comum de todos é o coronavírus e suas consequências sociais”.

A nota surge um dia depois de manifestantes se aglomerarem em frente ao QG do Exército para, com o apoio do presidente da República, pedir o fechamento do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal.

O momento que se apresenta exige entendimento e esforço de todos os brasileiros.

Nenhum país estava preparado para uma Pandemia como a que estamos vivendo. Essa realidade requer adaptação das capacidades das Forças Armadas para combater um inimigo comum a todos: o Coronavírus e suas consequências sociais.

É isso que estamos fazendo.

**Fernando Azevedo e Silva**  
Ministro de Estado da Defesa  
Brasília, 20/04/2020

## Álvaro Dias e Roberto Freire denunciam a escalada golpista de Jair Bolsonaro

O senador Álvaro Dias (PR), líder do Podemos no Senado, criticou em entrevista ao Estadão, neste domingo (19), as manifestações realizadas neste mesmo dia contra o Congresso Nacional e o STF. “Fica difícil aceitar essa transferência de responsabilidade para o

Congresso do fracasso do governo federal”, diz.

**ROBERTO FREIRE**  
O presidente nacional do Cidadania23, Roberto Freire, também criticou, em suas redes sociais neste domingo (19), a presença de Bolsonaro em ato contra a democracia. “Num dia recebe os líderes do

Congresso no Planalto pra negociar. No outro, diz não querer negociar nada. Ai está Bolsonaro, num jogo de desfaçatez e da mentira na sua escalada antidemocrática. Este é Bolsonaro!”, observou Roberto Freire.

Integra do texto em [www.horadopovo.com.br](http://www.horadopovo.com.br)

“Defender a ditadura é estimular a desordem. É flertar com o caos”, afirmou o presidente da Câmara dos Deputados

O deputado Rodrigo Maia (Dem-RJ), presidente da Câmara dos Deputados, divulgou nota nas redes sociais neste domingo (19) repudiando a participação do presidente da República em ato defendendo a instalação da ditadura.

“O mundo inteiro está unido contra o coronavírus. No Brasil, temos de lutar contra o corona e o vírus do autoritarismo”, disse Maia. “É mais trabalhoso, mas venceremos. Em nome da Câmara dos Deputados, repudio todo e qualquer ato que defenda a ditadura, atentando contra a Constituição”, acrescentou.

“Para vencer esta guerra contra o coronavírus precisamos de ordem, disciplina democrática e solidariedade com o próximo. Defender a ditadura

é estimular a desordem. É flertar com o caos. Pois é o Estado Democrático de Direito que dá ao Brasil um ordenamento jurídico capaz de fazer o País avançar com transparência e justiça social”, argumentou o parlamentar.

“São, ao todo, 2.462 mortes registradas no Brasil. Prezar uma ruptura democrática diante dessas mortes é uma crueldade imperdoável com as famílias das vítimas e um desprezo com doentes e desempregados. Não temos tempo a perder com retóricas golpistas. É urgente continuar ajudando os mais pobres, os que estão doentes esperando tratamento em UTIs e trabalhar para manter os empregos. Não há caminho fora da democracia”, completou o presidente da Câmara.

## “É lamentável que o presidente adira a ato antidemocrático”, afirma FHC

O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB) reagiu com indignação a ida de Jair Bolsonaro neste domingo (19) a um protesto que pedia um novo AI-5 para o Brasil. “Lamentável que o Presidente adira a manifestações antidemocráticas. É hora de união ao redor da Constituição contra toda ameaça à democracia. Ideal que deve unir civis e militares; ricos e pobres. Juntos pela liberdade e pelo Brasil”, escreveu o líder do PSDB em sua conta no Twitter.

“Eu entendo que haja medo do vírus e da falta de renda; do desemprego e da quebra de Vamos sair planejadamente da quarentena e unidos para recuperar a economia, respeitando

a Constituição e as liberdades democráticas e institucionais”, acrescentou Fernando Henrique.

No domingo (19), Jair Bolsonaro discursou para um ato, estimulado por ele, realizado em frente ao Quartel General do Exército, em Brasília. Os manifestantes, em número reduzido, mas muito barulhentos, pediam a volta do AI-5, o fechamento do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal (STF).

Os golpistas atacavam com virulência o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (Dem-RJ). O deputado defende que o governo libere ajuda emergencial aos estados e municípios. Bolsonaro e Guedes resistem a liberar os recursos.

## Ministros Luís Barroso, Gilmar Mendes e Marco Aurélio repudiam o golpismo

O ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), manifestou neste domingo (19), em rede social, a sua indignação contra a participação do presidente Jair Bolsonaro em manifestação pela instalação de uma ditadura no país. É “assustador” ver manifestações pela volta do regime militar, após 30 anos de democracia.

“É assustador ver manifestações pela volta do regime militar, após 30 anos de democracia. Defender a Constituição e as instituições democráticas faz parte do meu papel e do meu dever. Pior do que o grito dos maus é o silêncio dos bons”, afirmou o ministro, em referência a Martin Luther King, líder do movimento pelos direitos civis dos negros.

Os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), Marco Aurélio Mello e Gilmar Mendes, também condenaram as declarações golpistas de Jair Bolsonaro.

“Tempos estranhos! Não há espaço para retrocesso. Os ares são democráticos e assim continuarão. Visão totalitária merece a excomunhão maior. Saudosistas inoportunos. As instituições estão funcionando”, respondeu o ministro Marco Aurélio.

No domingo (19), Jair Bolsonaro discursou para seus apoiadores que se manifestavam em frente ao Quartel-General do Exército, em Brasília.

Os bolsonaristas carregavam faixas defendendo a ditadura militar, atacando o Congresso Nacional e pedindo intervenção militar.

Interrompido várias vezes por uma tosse, disse que não quer “negociar nada”, defendeu “acabar com essa patifaria” e afirmou que “esses políticos têm que entender que estão submissos à vontade do povo brasileiro”.

Para Gilmar Mendes, “a crise do coronavírus só vai ser superada com responsabilidade política, união de todos e solidariedade”.

“Invocar o AI-5 e a volta da Ditadura é rasgar o compromisso com a Constituição e com a ordem democrática”. O ministro completou a publicação feita no Twitter com a hashtag #DitaduraNuncaMais.

## Perpétua Almeida: Bolsonaro afronta as FFAA e “achincalha as instituições”

A deputada Perpétua Almeida (AC), líder do PCdoB na Câmara dos Deputados, repudiou a participação do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) no ato golpista realizado no domingo (19) em frente ao Quartel-General do Exército, em Brasília.

A manifestação, assim como outras já realizadas por apoiadores e com o incentivo do chefe do Executivo, pediu o fechamento do Congresso Nacional, do Supremo Tribunal Federal (STF) e defendeu a “intervenção militar”.

Para a líder do partido, a participação de Bolsonaro na manifestação revestiu-se de uma enorme gravidade. “Pela Constituição, o presidente da República é também o comandante das Forças Armadas. Até os generais ressaltaram que o gesto foi ‘provocação’ e ‘fora de hora’”, destacou a parlamentar, em referência à reportagem publicada pelo Estadão, onde generais das três forças criticaram, em off, a presença de Bolsonaro no ato.

Segundo os generais ouvidos pelo jornal, “as Forças Armadas

são instituições permanentes, que servem ao Estado e não ao governo”.

Em mensagem no Twitter, a deputada ressaltou que Bolsonaro “achincalha as instituições de Estado” e recomendou a leitura de um artigo do ex-ministro da Defesa, Aldo Rebelo, publicado no site Bonifácio (bonifacio.net.br).

Com o título “O Presidente atropelou a Constituição”, o texto aponta que o gesto presidencial afrontou o ministro da Defesa, Fernando Azevedo e Silva, as instituições militares por ele dirigidas e o Comandante do Exército, general Edson Pujol, impedidos por força da hierarquia de reagir ao ato de provocação do presidente da República.

Além da postura antidemocrática ao participar do ato golpista, Bolsonaro, mais uma vez, quebrou as regras do isolamento social, defendido como principal forma de combate ao Covid-19. O presidente tossiu, cumprimentou apoiadores e, como em outras ocasiões, colocou em risco a população.

# Brasil tem 2.575 mortes e UTIs para coronavírus ficam à beira do colapso

Amazonas, Ceará, Pará e Pernambuco registram ocupação acima de 90% das UTIs destinadas ao tratamento dos pacientes vítimas da Covid-19

Enquanto Jair Bolsonaro incentiva e participa de protestos pelo fechamento do Congresso Nacional, do Supremo Tribunal Federal e contra os governadores, criando diversas aglomerações de pessoas, a pandemia do novo coronavírus avança no Brasil. Nesta segunda-feira (20), o país já contabiliza 2.575 vítimas fatais e o número de casos confirmados de Covid-19 é de 40.581 pessoas.

O número foi corrigido pelo Ministério da Saúde, que havia apontado inicialmente para 2.845 mortes. O erro ocorreu com os dados referentes ao Estado de São Paulo. Com o número corrigido, o índice de letalidade da doença chegou a 6,3%.

O estado com maior número de casos é São Paulo, com 14.580 registros de pessoas infectadas e 1.307 óbitos. Em seguida, o Rio de Janeiro possui 4.899 casos e 422 mortes registradas. Em situação de alerta, o Ceará tem 3.482 casos confirmados de Covid-19 e 198 mortes. Pernambuco tem 2.690 casos e 234 mortes.

Sem apoio concreto da União para enfrentar a crise, os estados vêm os sistemas de Saúde entrando em colapso, com leitos de Unidades de Terapia Intensiva (UTIs) ocupados em quase sua capacidade máxima, em hospitais superlotados.

Rio de Janeiro, Amazonas, Ceará, Pará e Pernambuco já registram uma ocupação acima de 90% dos leitos de UTI destinados ao tratamento da Covid-19. São Paulo o estado mais afetado pelo novo coronavírus têm 60% das UTIs ocupadas.

No Amazonas, o número total de leitos de unidade de terapia intensiva no Amazonas é de 639, sendo 466 na rede pública e 173 na rede privada. A taxa de ocupação chegou em 100% no final de semana. Na sexta-feira (17), o governador Wilson Lima (PSC) já havia admitido que a Saúde do estado apresenta insuficiência frente à Covid-19.

Os hospitais estão superlotados em Manaus, única cidade do estado com leitos de terapia intensiva e para onde os pacientes são encaminhados. Um vídeo gravado no hospital estadual João Lúcio, em Manaus, mostra corredores e salas com corpos à espera de remoção ao lado de pacientes e macas no chão.

Com 2.747 casos registrados do novo coronavírus e 155 mortes, o Ceará já atingiu a ocupação de 100% dos leitos de UTI da rede pública específicos para Covid-19.

Na sexta-feira (17), o estado tinha 260 leitos de terapia intensiva ocupados por pacientes infectados pelo novo coronavírus e outros 38 pacientes aguardando por um leito de terapia intensiva. Com a situação, a Prefeitura de Fortaleza abriu o hospital de

campanha do Estádio Presidente Vargas (PV) com 214 leitos. O prefeito Roberto Cláudio (PDT) disse que mais dois blocos ainda estão sendo construídos, com possibilidade de chegar ao total de 336 leitos.

Em Pernambuco, a ocupação média dos 256 leitos de UTI destinados aos pacientes com a Covid-19 chegou a 90%, com pico de 94,3%, na quinta-feira (16). O estado registrou 2.006 casos de pacientes infectados e 186 mortos.

O secretário de Saúde estadual, André Longo, tem feito alertas reiterados sobre a possibilidade de fila para garantir vagas em UTI.

O governador Paulo Câmara (PSB) disse que irá abrir 400 leitos para cuidados intensivos, em hospitais de campanha e reabriu, na sexta-feira, um hospital privado que estava desativado desde 2018 com 20 novos leitos de UTI e outros 20 de enfermaria.

O Pará ultrapassou os 94% de leitos de UTI ocupados. Devido ao aumento de casos graves, o governador Helder Barbalho (MDB) anunciou a instalação de mais 37 UTIs completas até o fim desta semana, sendo 17 no Hospital de Campanha de Belém. O estado aguarda a chegada de 400 respiradores para transformar leitos de enfermaria em unidades intensivas. Os respiradores e mais 1,6 mil bombas de infusão foram comprados da China e ainda não tem previsão de chegada.

No estado do Rio de Janeiro, considerados os atendimentos públicos e privados, a ocupação dos leitos de enfermaria era de 60% e a da UTI, 74%.

Na rede estadual, a maior lotação está atualmente no Instituto Estadual do Cérebro, com 90,9% de ocupação das UTIs. Em seguida, vem o Hospital Universitário Pedro Ernesto, com 66,6% das vagas em UTI com pacientes.

Na cidade do Rio de Janeiro, os leitos de UTI disponibilizados pelo SUS chegaram a 94% da ocupação, neste domingo, quando havia 951 pessoas hospitalizadas em toda a rede pública, 256 delas sob cuidados intensivos, a oferta é de 270 vagas.

Em São Paulo, são cerca de 1.800 leitos de UTI na rede estadual para Covid-19. Mas o estado, se necessário, teria capacidade de transformar outros 2.000 leitos clínicos em UTI, segundo o secretário da Saúde José Henrique Germann, da gestão João Doria.

Até as 13h de sexta-feira, havia 1.039 pacientes com diagnóstico da doença internados em UTIs do estado, quase 58% do total. Pela segunda vez na semana, a UTI do Instituto Emílio Ribas, na região central, principal referência em tratamento de Covid-19, chegou a 100% da capacidade.

## 79% dos brasileiros defendem punição para quem violar quarentena

Pesquisa Datafolha, divulgada no sábado (18), mostra que 79% dos entrevistados defendem punição para pessoas que desrespeitam regras de quarentena estabelecidas em razão da pandemia provocada pelo novo coronavírus.

Jair Bolsonaro tem desrespeitado as orientações das autoridades sanitárias que pedem que a população se mantenha dentro de casa para conter o contágio e reduzir as mortes pelo coronavírus.

Em outra pesquisa, realizada na última sexta-feira (17), 38% consideram ruim ou péssima a atuação de Bolsonaro na crise da Covid-19.

Na avaliação da obediência à quarentena 43% defendem advertências verbais aos que desobedecem o isolamento, 33% apoiam a aplicação de multas e 3% avaliam que a prisão para quem descumprir as regras seria uma sanção aplicável. Foram entrevistadas 1.606 pessoas por telefone. A margem de erro da pesquisa é de três pontos percentuais para mais ou para menos.

As autoridades sanitárias e a Organização Mundial de Saúde (OMS) recomendam que a população evite aglomerações. Segundo os médicos, elas facilitam a propagação do novo coronavírus. O mundo inteiro está praticando o distanciamento para conter a disseminação do vírus. Segundo dados das secretarias estaduais de

Saúde, o Brasil já acumula 2.203 mortos e mais de 35 mil casos confirmados da Covid-19, doença provocada pelo coronavírus.

Na sexta-feira (17), o site do jornal "Folha de S. Paulo" havia divulgado outros dados levantados pelo Datafolha em pesquisa feita por telefone. Segundo o instituto, 64% dos entrevistados acham que o presidente Jair Bolsonaro "agiu mal" ao demitir Luiz Henrique Mandetta do cargo de ministro da Saúde.

Bolsonaro demitiu o ministro da Saúde em plena pandemia porque o ministro se recusou a recomendar que as pessoas se aglomerassem nas ruas como queria o presidente. Cientistas avaliam que se isso ocorrer o número de mortos será muito maior do que já é.

A pesquisa também revelou que apenas 25% das pessoas ouvidas acham que Bolsonaro "agiu bem" ao retirar Mandetta do cargo; 11% não souberam responder.

Ainda de acordo com o Datafolha, os entrevistados deram as seguintes respostas sobre a avaliação do desempenho de Bolsonaro em relação ao surto de coronavírus: 38% acham sua atuação ruim/péssima, 36% consideram ótima/boa, 23%, regular e 3% não souberam responder. Para 36% dos entrevistados, a condução da emergência sanitária pelo Ministério da Saúde sem Mandetta irá piorar e para 32% irá melhorar.



Em Manaus, corpos de vítimas foram deixados nos corredores do Hospital



## Governador do Maranhão conversou com o economista Eduardo Moreira. Governo Federal negou ajuda para importar equipamentos da China, critica Flávio Dino

"O governo federal negou ajuda para trazeremos os respiradores da China", denunciou o governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB), ao detalhar a "nova rota" de comércio estabelecida pelo governo maranhense para garantir a chegada de 107 respiradores e 200 mil máscaras vindas da China para o estado.

Em entrevista ao economista e escritor Eduardo Moreira, numa "live" nas redes sociais, Flávio Dino explicou como conseguiu driblar a pirataria promovida por Trump e pelo governo Bolsonaro para trazer os equipamentos.

O governador relatou a criação de um comitê com empresários após o estado após ter um lote de respiradores reservado em uma fábrica de Santa Catarina e Bolsonaro bloquear a transação para distribuir os equipamentos segundo seus critérios.

Além deste episódio, 150 respiradores não chegaram ao Maranhão porque a Alemanha passou na frente. Poucos dias depois a situação se repetiu, mas quem interferiu nas negociações e bloqueou a vinda das mercadorias ao Brasil, foi os Estados Unidos.

Moreira perguntou para Dino como ele organizou o esquema e questionou a necessidade do Maranhão precisar "se defender do próprio país para acudir as pessoas".

"E um dos sintomas, das anomalias que nós vivemos na hora presente, dessa ausência de coordenação federativa em que, por vezes, acaba sendo uma espécie de batalha robesiana, em que todos lutam contra todos", explicou o governador.

**"NÓS PEDIMOS AJUDA E O GOVERNO FEDERAL NEGOU"**

"Não há de fato um trabalho, de garantir o provimento de insumos hospitalares de modo adequado. Então o que nós vimos no nosso caso, uma sequência de frustrações de operações que nós tentamos, às vezes solitariamente, às vezes em nível de consórcio Nordeste. E acabamos tendo uma grande dificuldade que não é apenas do Maranhão. Outros estados do Norte e Nordeste com dificuldades similares, então nós fizemos esse fundo, essa espécie de condomínio com os empresários do Maranhão. Eles nos ajudaram na aquisição desses equipamentos, empresas, empresários que atuam no nosso estado. Eu

sou muito grato a eles, pois é um gesto de responsabilidade social. E com isso nós fizemos a aquisição", disse o governador.

"Quando veio a parte do transporte, nós pedimos ajuda ao Governo Federal. Porém o Governo Federal disse que não dispunha de meios para ajudar, não a mim, ajudar a população do meu estado, que integra naturalmente a nação brasileira, o que me causa muita estranheza. Então nós tivemos a ajuda de duas empresas privadas, que nos auxiliaram na montagem da logística, exatamente porque não tivemos a centralização, a coordenação por parte do Governo Federal", explicou Dino.

O governador ainda detalhou como procedeu a operação. "Então nós tivemos que fazer essa operação, há de fato uma luta muito dura no mercado internacional, em que, os governos procuram proteger o abastecimento de seus próprios sistemas de saúde e nós pactuamos enfim, com essas empresas privadas que atuam no Maranhão, grandes empresas que tem escritório na China. Encontramos esse caminho de trazer pela Etiópia, que acabou sendo um caminho bem seguro, bem tranquilo. China-Etiópia, Etiópia-São Paulo, aí nós fretamos um avião e trouxemos diretamente para o Maranhão, fizemos todo o procedimento alfandegário aqui no nosso estado", afirmou Flávio Dino.

**GOVERNADORES DO NORTE E NORDESTE**

A iniciativa de Dino ganhou apoio de outros estados brasileiros. Os governadores do Ceará, Piauí, Amapá e Amazonas entraram em contato com o maranhense para saber como importar respiradores e máscaras chinesas sem que a carga fosse desviada para outro país ou ainda confiscada pelo governo Bolsonaro.

O interesse na estratégia adotada por Dino se deu pelo nível de dificuldade que os estados estão tendo para comprar equipamentos para combater o coronavírus. O Pará aguarda a chegada de 400 respiradores até o final da próxima da semana, também com parada na África. "Temendo qualquer intercorrência que pudesse colocar em risco a chegada dos equipamentos comprados pelo governo do estado, também adotamos procedimentos cautelares. Contratamos frete aéreo exclusivo para nossos equipamentos, que chegarão diretamente a Belém", diz Alberto Beltrame, secretário estadual de Saúde

do Pará.

**DEMISSÃO DE MANDETTA**

Durante a conversa com Eduardo Moreira, Flávio Dino considerou que "o ministro vinha mais acertando do que errando". "Por mais que estejamos em um governo bastante confuso e atrapalhado, a equipe do Ministério da Saúde conseguia ir bem na resposta contra a pandemia e o Bolsonaro consegue ainda brigar com seu ministro", disse o governador.

"Não que a gestão do ministro fosse imune a críticas, ele cometeu erros vitais, como praticamente a extinção do programa Mais Médicos, em razão de preconceitos ideológicos. Como já mencionado observasse bem como os médicos cubanos são recebidos nos países europeus em meio à pandemia, ajudando a população desses países. No caso do Brasil por fatores puramente ideológicos, ocorreu a restrição e a atuação do programa, que hoje estaria ajudando muito no enfrentamento ao coronavírus". "Eu sinto muita falta. Nós tínhamos 700 médicos aqui no Maranhão, que hoje seriam muito úteis no auxílio aos municípios", destacou.

**INDÚSTRIA NACIONAL**

O chefe do poder executivo do Maranhão ainda destacou o quão deficitário está o parque industrial brasileiro e como a pandemia evidencia a crise da industrialização que o país enfrenta.

"Os militares gostam muito do conceito de Segurança Nacional. Acho que nada viola mais a soberania e a segurança nacional neste momento do que saber, que mesmo produtos de tecnologia relativamente simples como respiradores não estão disponíveis no parque industrial brasileiro, com que faz que nós tenhamos uma dependência gigantesca da importação de outros países. Então isso de fato é uma ameaça objetiva, e creio que deva haver uma reflexão de mais longo curso, quanto ao papel estratégico da indústria da saúde para prover serviços adequados. A China fez isso em outras crises e por isso teve uma grande capacidade de atendimento do seu próprio mercado e hoje ser o principal fornecedor em escala global. Espero também que passada a fase mais aguda da crise, nós tenhamos reflexões a cerca de modelos institucionais que garantam que o parque industrial brasileiro possa ser orientado", frisou.



Enterro de vítima de coronavírus na cidade de São Paulo

## São Paulo ultrapassa mil mortes por coronavírus

No domingo (19), o Estado de São Paulo ultrapassou a marca de mil óbitos pelo novo coronavírus, após 32 dias da primeira confirmação de morte pela doença no país. Até o momento são 1.015 vítimas fatais da Covid-19.

Houve pelo menos um óbito em 93 cidades, com prevalência na Grande São Paulo. A capital paulista contabiliza 700 vítimas, seguida por Guarulhos (28), Osasco (27), São Bernardo do Campo (20) e Santo André (12). Fora da Região Metropolitana, o município que registra o maior número de mortes é Santos, com 19.

Hoje, são 5,6 mil pessoas em hospitais em virtude da doença (confirmados e suspeitos), sendo 3.279 em leitos de enfermaria e 2.345 em leitos de UTI. O número de casos confirmados da doença chega a 14.267, distribuídos em 228 cidades do Estado. As mesmas seis cidades citadas acima também detêm os maiores números de casos, com mais de 200 pessoas infectadas. São 9.668 em São Paulo; 308 em Guarulhos; 297 em São Bernardo; 293 em Santos; 269 em Osasco; e 247 em Santo André.

**BRASILÂNDIA**

O bairro paulistano com o maior registro de óbitos relacionados ao Covid-19 é a Vila Brasilândia, com 33 mortes. Juntamente com a Freguesia do O, na zona norte da capital, os dois bairros compõem o sexto distrito que contabiliza mais óbitos em decorrência do novo coronavírus, com 55 mortes.

No bairro da Brasilândia, a impressão de quem chega é a de que não existe pandemia nenhuma. As pessoas estão nas ruas, comércios totalmente abertos, inclusive uma grande loja de materiais de construção atendia seus clientes normalmente na tarde de quinta-feira (16). Isso é reflexo da falta de pagamento do auxílio emergencial de R\$ 600,00 prometido pelo governo que ainda não foi repassado à população, restando a eles irem para a rua para buscar sobreviver.

A subprefeitura local tem dois hospitais gerais: o de Cachoeirinha e o da Vila Penteadão, ambos administrados pelo governo do estado. O segundo se tornou referência no tratamento do coronavírus. O hospital abriu uma tenda móvel pela qual o paciente passa caso chegue com sintomas gripais, antes mesmo de entrar na unidade. De acordo com o diretor da unidade, Carlos Alberto de Castro Soares, o hospital tem limite de 100 testes diários e, como recomendação do Ministério da Saúde, são testados apenas pacientes que deverão ficar internados. O espaço está aumentando sua estrutura: eram 10 leitos de UTI até março. Hoje, são 20, e até o fim da semana que vem, o diretor explica, serão 35. Dos 20 leitos de UTI, 16 estão preenchidos por pessoas com Covid-19.

O hospital da Vila Penteadão teve 46 óbitos por Covid-19 desde 23 de março. Registrou ao mesmo tempo 77 altas. Por ter sido designado a focar em coronavírus, a unidade tem recebido pacientes não apenas de Brasilândia e da Freguesia do O, mas das regiões adjacentes, segundo o diretor.

Na Cachoeirinha, os números são menores: 17 óbitos. Entre as outras 19 vítimas do vírus que passaram por ali, três tiveram alta e outras três foram transferidas para o hospital de campanha do Anhembi. Segundo a diretora de enfermagem Sandra Araújo, a rotatividade, em Cachoeirinha, é bastante alta.

## Milicianos que obrigavam comércio a abrir na Baixada Fluminense são presos

A Polícia do Rio de Janeiro prendeu em flagrante os milicianos Alexandre da Silva dos Santos, conhecido como Bichinho, e Thiago Montenegro da Silva. Eles foram capturados última sexta-feira (17), quando extorquiam e recolhiam dinheiro de comerciantes de Duque de Caxias, na Baixada Fluminense.

De acordo com o delegado Uriel Nunes, titular da 60ª DP, Alexandre e Thiago fazem parte do grupo paramilitar que age em Saracuruna, Vila Urussaí e Jardim Primavera. O bando estava obrigando os comerciantes dessas regiões a permanecerem com seus estabelecimentos abertos, apesar da determinação do governo do estado para que eles fiquem fechados por conta do Covid-19.

Os policiais chegaram até os dois milicianos através de denúncias de que eles estavam extorquindo os comerciantes utilizando uma moto. O veículo foi interceptado no Jardim Primavera, mas os criminosos fugiram ao avistarem os agentes.

Houve perseguição por cerca de quatro quilômetros, até que os milicianos se entregaram, em Saracuruna. Os dois estavam com um revólver e R\$ 489 em espécie, que haviam sido recolhidos através da extorsão dos comerciantes.

**DESCAÇO**

Comerciantes de áreas da Zona Oeste e Região Metropolitana do Rio dizem que são obrigados a trabalhar para pagar a taxa da milícia, apesar das restrições para o isolamento social como prevenção ao coronavírus.

Sem se identificar, os moradores da região da Gardênia Azul, Rio das Pedras e Muzema relatam como os milicianos agem na região. "Eles vão sempre à noite, um deles encapuzado, um assim mais gordo, outro mais moreno e outro mais forte, entendeu? São três que foram lá em casa, para pegar R\$ 30", diz um morador.

## Centrais repudiam participação de Bolsonaro em ato pró-ditadura

A participação e o discurso do presidente Jair Bolsonaro em um ato pró-ditadura em frente ao Quartel Geral do Exército, em Brasília, no domingo (19), foi repudiada pelas centrais sindicais.

Em nota divulgada nesta segunda-feira, as centrais afirmam que o presidente “mais uma vez testa os limites do seu cargo e os limites das instituições democráticas”. Segundo as entidades, “são ações que exigem resposta imediata”.

“Sua participação em um ato pela volta do AI-5, fechamento do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal, e pela ruptura da ordem democrática, assegurada na Constituição de 1988, foi mais um episódio grotesco dessa escalada”, afirmam.

Para os sindicalistas “uma contundente resposta faz-se urgente e necessária”, e conclamam lideranças políticas, a sociedade civil, os poderes Legislativo e Judiciário, para “cerrar fileiras” contra os planos do presidente de “impor um regime autoritário e repressivo”.

A nota ressalta o isolamento e descontrole do presidente e afirma que ele “provocou, novamente, o seu show de horrores em relação ao necessário isolamento social e de bravatas que afrontam a democracia e colocam o país numa situação ainda mais dramática diante da pandemia que nos assola, e que já contabiliza mais de 30 mil contaminados e nos aproxima dos 3 mil mortos”.

“Importante frisar que, além de sua postura irresponsável, ele nada oferece aos trabalhadores. A dura realidade do Brasil de Bolsonaro é que os brasileiros, que já vem sofrendo perdas de direitos desde 2017, agora sofrem redução salarial de 30% por conta das medidas de suspensão do contrato de trabalho e redução de salário, instituídas pela MP 936”, diz a nota.

A nota é assinada pelos dirigentes das centrais: Sérgio Nobre – Presidente da CUT; Miguel Torres – Presidente da Força Sindical; Ricardo Patah – Presidente da UGT – União Geral dos Trabalhadores; Adilson Araújo – Presidente da CTB – Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil; Ubiraci Dantas de Oliveira, presidente da CGTB – Central Geral de Trabalhadores do Brasil; José Calixto Ramos – Presidente da NCST – Nova Central Sindical de Trabalhadores; Antonio Neto – Presidente da CSB – Central dos Sindicatos Brasileiros e José Bozze, presidente da Pública Central de Servidores.

# Senado retira de pauta e MP que corta direitos perde a validade



Senado retirou de pauta o projeto e governo diz que editará nova MP



Filas se formaram em agências da Caixa e da Receita por todo o país

## Governo paga auxílio a conta-gotas e dinheiro demora a chegar ao bolso de quem precisa

A Caixa Econômica Federal divulgou novo calendário para o pagamento do auxílio emergencial de R\$ 600. Até segunda-feira, 13 de abril, apenas os que já eram inscritos no Cadastro Único que já tinham conta na Caixa e do Banco do Brasil e que não recebem Bolsa Família receberam o auxílio, mas mesmo os que se enquadram nessa categoria, muitos não conseguiram receber.

As exigências criadas pelo governo para que o dinheiro chegue às mãos dos milhões de necessitados, em uma hora tão crucial como essa, são tantas, que só podem ser vistas como má vontade ou uma tentativa da equipe econômica em adiar ao máximo a liberação do dinheiro.

Não à toa, as enormes filas diante das agências da Caixa e da Receita Federal se espalham por todo o país, colocando milhões de cidadãos nas ruas, quando a recomendação das autoridades médicas diante

do coronavírus é de que as pessoas fiquem em casa.

Das exigências mais contestadas por autoridades e especialistas da área está a obrigatoriedade do CPF regularizado. A exigência é ainda mais descabida, pois inclui também a apresentação do CPF de todos os filhos do cidadão que tem direito ao benefício. Após inúmeras dificuldades e aglomerações nas filas para a regularização do documento, a exigência foi derrubada pela Justiça (ver matéria abaixo).

Outra sabotagem para protelar ao máximo a entrega do dinheiro às famílias que já não têm o que comer em casa, muitas que não têm nem água encanada, e nem mesmo moram em lugares que possam ser chamados de casa, além de uma grande quantidade de idosos, analfabetos e semianalfabetos, é de que toda essa burocracia, preenchimento de formulários, apresentação de documentos etc, etc, possa ser resolvida

de maneira virtual, através da Internet, computadores e celulares.

Como afirma o diretor técnico do Dieese, Fausto Augusto Junior, em matéria do Jornal Brasil Atual: “O governo não concordava com essa proposta, que foi costurada pelos movimentos sociais e sindical. Agora, vai postergando o seu pagamento. Acredita que quanto mais posterga, menos vai pagar lá na frente”.

Enquanto isso, o governo distribui o benefício a conta-gotas. E aqueles que não têm conta em qualquer banco e terão a poupança digital criada só poderão sacar o dinheiro a partir do dia 27 de abril. Até lá, os valores só estarão disponíveis para transferências e para pagamento de boletos pelo aplicativo Caixa. O saque será escalonado de acordo com a data de nascimento e poderá ser feito no autoatendimento ou nas Casas Lotéricas.

## Justiça derruba exigência de CPF regular para pagar auxílio e Câmara estende o benefício

O juiz federal Ilan Preser, relator convocado do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1), determinou a suspensão da exigência de CPF regular para recebimento do auxílio emergencial de R\$ 600, em decisão liminar (provisória) concedida na noite da quarta-feira (15).

“Manter a referida exigência tem a potencialidade de produzir externalidades negativas perversas nos estratos sociais mais vulneráveis, que não têm o CPF em situação regular”, escreveu em sua decisão. O juiz aponta ainda que exigir a regularização descumpra medidas sanitárias, porque obrigaria os cidadãos a se aglomerarem em postos de órgãos públicos para efetuar essa regularização.

O juiz aponta em seu despacho que o auxílio foi criado para proteger pessoas em situação de

vulnerabilidade e, por isso, não se justifica a exigência.

Diz ainda que essa exigência não poderia constar em um decreto do governo federal, mas somente em uma lei aprovada no Congresso Nacional.

A ação foi ajuizada na Justiça Federal pela Procuradoria-Geral do Estado do Pará (PGE-PA), mas o juiz federal de primeira instância decidiu pedir esclarecimentos ao governo federal antes de tomar uma decisão. Diante dessa postergação, o governo do Pará recorreu ao TRF-1 e obteve a decisão liminar. A Advocacia-Geral da União (AGU) disse que vai recorrer da decisão.

Em várias partes do país, trabalhadores informais têm se aglomerado em agências dos Correios ou sede da Receita Federal para tentar regularizar seu CPF e receber o auxílio, o que facilita a transmissão

do coronavírus.

“Eventuais irregularidades de CPF não poderiam ensejar o que se busca combater: aglomeração de pessoas, com a finalidade de evitar contágio exponencial. Mesmo porque, eventual regularização poderia ser feita a posteriori, e sem o prejuízo de percepção do benefício, tal como idealizado na legislação federal”, diz a PGE-PA na ação.

Após a decisão da Justiça, a Câmara dos deputados aprovou a retirada da exigência. No mesmo projeto, os deputados também estendem o auxílio de R\$ 600 a outras categorias profissionais, permitir que mães adolescentes possam receber os recursos, e também permite que pais solteiros que sejam chefes de família possam ser beneficiados, inclusive com direito às duas cotas do benefício, isto é, R\$ 1.200.

## Para os senadores, sessões do Congresso devem focar o combate ao coronavírus

A MP 905/2019, chamada de Contrato Verde Amarelo, perde a validade nesta segunda-feira (20), conforme o prazo exigido, já que o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, retirou a proposta da pauta na sexta-feira (17) e não colocou na Ordem do Dia da sessão de hoje.

A retirada de pauta da MP se deu após apelo da maioria dos líderes e da opinião do próprio presidente do Senado, que afirmou na sexta que “nunca, nenhuma medida provisória foi tão complexa quanto esta”.

Ao longo de sua tramitação no Congresso Nacional e desde que foi editada pelo governo, a MP do Contrato Verde Amarelo foi repudiada e questionada por amplos setores da sociedade, em especial por representantes dos trabalhadores. A medida ficou conhecida como “mini reforma trabalhista”.

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), retirou da pauta de votações na sexta-feira (17).

Segundo o presidente da Casa, 11 líderes se manifestaram pela não votação da medida provisória e apenas dois pediram a transferência da votação para segunda-feira (20), último dia de prazo da MP.

“Não foi para adiar, foi para não votar”, reforçou Alcolumbre.

O presidente do Senado relatou ter recebido “questões de ordem de toda ordem” sobre a proposta. “Não tenho dúvida de que não temos condições de votar essa medida provisória hoje”.

O senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) defendeu que o mesmo ponto do regimento interno da Casa que possibilita a realização de reuniões remotas “também estabelece que as deliberações dessas reuniões remotas só seriam de temas relacionados a esta pandemia, a situação de urgência que hoje nós estamos enfrentando”. “Chegamos a tratar esse tema em reunião de líderes que dizia, claramente, que durante esse período, em que estivéssemos reunidos em sessão remota, só teria razão de ser a apreciação de temas imperativos ao enfrentamento a pandemia que ora assola todos os brasileiros”.

“Diante disto, me parece claro que esta medida provisória não guarda razão nenhuma com a urgência em que estamos vivendo”, continuou Randolfe, ao apresentar sua questão de ordem pedindo que se deixe caducar a Medida Provisória 905.

A retirada de pauta é uma vitória para os trabalhado-

res, uma vez que a MP permite a criação de contratos de trabalho alterando diversos artigos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), impondo por exemplo, trabalho aos domingos e feriados, reduzindo adicional de insalubridade e o valor da multa rescisória paga pela empresa de 40% para 20%, além da alíquota do FGTS. Além disso, a MP prevê a diminuição das exigências nos itens de prevenção de acidentes de trabalho.

“Texto demorado para chegar no Senado, texto grande e complexo que altera 60 artigos da CLT, altera mais 150 dispositivos e revoga outros 37 dispositivos, ou seja, uma mudança significativa na CLT que foi construída a duras penas e por várias mãos. Portanto, uma outra reforma trabalhista em um momento em que nós precisamos assegurar direitos não podemos votar essa medida provisória nem hoje nem segunda”, disse a senadora Eliziane Gama (Cidadania-MA).

O senador Weverton Rocha (PDT-MA) afirmou que o trabalho dos senadores deve estar direcionado a dar condições de combater a pandemia do coronavírus e não de votar matérias ordinárias num momento extraordinário. “Essa medida foi instituída num período que não tinha nada a ver com a crise que estamos vivendo. Segundo porque ela é sim uma minirreforma trabalhista, ela agride a nossa CLT [Consolidação da Leis Trabalhistas]”, disse Weverton.

Para o senador Otto Alencar (PSD-BA), esta é uma MP “inconvencional, que fere a Organização Internacional do Trabalho [OIT] a qual o Brasil participa, fere o interesse dos trabalhadores brasileiros que já estão numa situação muito vulnerável. Além disso, ela não tem nenhuma vinculação com a crise do coronavírus que estamos vivendo”.

“A hora é de salvar vidas e não tirar direitos. Não à MP 905, do Contrato Verde e Amarelo. Ela é perversa”, disse o senador Paulo Paim, também em suas redes sociais.

O deputado federal, Orlando Silva (PCdoB-SP), comemorou a decisão dos senadores: “A luta da oposição na Câmara não foi em vão e repercutiu no Senado, que agora enterra a nefasta proposta do contrato verde e amarelo – uma vergonha que emprestava as cores da bandeira para massacrar o trabalhador. Derrota de Bolsonaro, vitória do país”, disse Orlando Silva.

## Juíza do Rio proíbe que direção da Petrobrás reduza jornada e salários

A Justiça do Trabalho do Rio de Janeiro determinou que a Petrobrás não pode reduzir a jornada de trabalho e nem a remuneração atual dos seus funcionários, como previsto no plano da empresa anunciado em 1º de abril.

A decisão da juíza Cissa de Almeida Biasoli acatou ação civil pública impetrada pela Federação Nacional dos Petroleiros (FNP), reivindicando que a Petrobrás não implantasse o Plano de Resiliência da estatal, de redução de direitos e benefícios dos trabalhadores que, segundo a empresa, visa “mitigar” a crise da pandemia da COVID-19.

A juíza ressalta que qualquer redução salarial e de jornada só deve acontecer após negociação com as entidades sindicais e que, no caso, “não houve negociação com os sindicatos, muito menos

acordo individual com os trabalhadores”.

A FNP afirmou que é contrária a qualquer medida que implique redução salarial e defende a manutenção dos empregos de funcionários próprios e terceirizados. Na defesa dos trabalhadores, entre outros argumentos, a entidade afirma que em 2019 a Petrobrás obteve um resultado onde auferiu R\$ 40,1 bilhões de lucro líquido, o maior em 66 anos de sua história.

A liminar da juíza destaca ainda que a empresa mantenha os mesmos direitos, vantagens e benefícios previstos em normas internas inerentes aos regimes especiais em que os trabalhadores estão inseridos. Caso a decisão não seja cumprida, a empresa sofrerá multa diária de R\$ 200 por cada empregado.

Como a decisão é em caráter liminar, a Petrobrás ainda pode recorrer.

## Justiça determina adiamento do Enem devido à Covid-19

A Justiça Federal de São Paulo determinou, na noite de sexta-feira, 17, que a edição do Enem 2020 seja adiada em função da pandemia de coronavírus. A decisão também aponta para que o prazo de solicitação de isenção da taxa de inscrição, que se encerraria hoje, seja adiado por 15 dias.

A prova está marcada para os dias 11 e 18 de outubro. Na avaliação da justiça, o desempenho dos estudantes está comprometido por conta do atraso no período letivo.

A decisão da juíza Marisa Claudia Gonçalves Cúcio, da 12ª Vara Cível, acolhe pedido de ação civil pública proposta pela Defensoria Pública da União, determinando que o calendário de prova seja adequado à realidade do ano letivo, que está suspenso em muitos locais por conta de políticas de isolamento determinadas pelos estados ou mesmo pelo governo federal. Portanto, não há uma data fixa para a realização do exame.

No texto, a juíza menciona que a suspensão de aulas prejudica o acesso à informação a respeito de questões ligadas ao Enem. “É evidente que os alunos de escola pública estão privados de aulas e acesso às suas escolas, locais onde a informação é compartilhada”, afirma.

A magistrada também fez um adendo de que não é possível afirmar que mesmo as escolas particulares estariam “disponibilizando aulas por vídeo ou atividades similares”.

“Manter os atuais prazos e datas

do calendário elaborado pelo INEP fere os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, regentes de todos os atos da Administração Pública. Levando em consideração que o calendário foi publicado durante o fechamento das escolas, quando grande parte dos alunos que se submeterão ao ENEM não têm acesso à informação e não estão tendo acesso ao conteúdo programático necessário para a realização da prova, não se mostra razoável que os réus mantenham o calendário original elaborado”, afirma o texto da decisão.

Segundo apontou a Defensoria Pública da União (DPU) “as condições de ensino à distância para os estudantes brasileiros são desiguais. Afinal, 30% da população não possui acesso à internet, assim como 43% das escolas rurais. Além disso, cabe ressaltar que nem todos os alunos possuem livros didáticos e materiais de estudo em casa e devido a orientações médicas e sanitárias, bibliotecas foram fechadas, dificultando ainda mais o acesso a materiais didáticos e a preparação para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)”, diz a ação.

O Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) também pediu novas datas. “Não há dúvidas de que os estudantes do terceiro ano do Ensino Médio são os que sofrem o maior impacto. Por isso, a importância do diálogo e do olhar para os mais afetados nesse momento de pandemia da Covid-19”, diz a nota.

Jane de Araújo/Agência Senado

Sindicato dos Bancários

# Artistas fazem evento mundial em apoio ao “fiquem em casa”



Página 12

## Pilotos da Aerolíneas Argentinas encarregados de trazer os produtos. Avião argentino traz ao país 13 toneladas de insumos médicos doados pela China

O voo da Aerolíneas Argentinas com destino à China para trazer insumos médicos e material de uso preventivo aterrissou em Auckland, dia 16, para fazer a primeira escala para reabastecer e seguir viagem. O avião é um Airbus 330-200 recondicionado para transporte de cargas pelo governo da Província (nosso equivalente a Estado) de Buenos Aires.

Com este avião chegarão à Argentina 13 toneladas de insumos críticos incluindo material sanitário e de proteção, para as atividades ligadas à prevenção e combate contra o Covid-19. O avião decolou às 18:30 desta quinta-feira para cumprir esta etapa. A operação está prevista para durar 55 horas, com seis horas de trabalho de embarque do material em Xangai.

A tripulação tem 17 pessoas, entre pilotos, técnicos em aeronáutica, despachantes, e pessoal operacional. Os tripulantes ficam dentro da aeronave (para que sejam cumpridas as normas de isolamento devido ao coronavírus) e, portanto, comem e dormem dentro do avião.

Pablo Biró que é secretário-geral da Associação de Pilotos de Linhas Aéreas (APLA) e que é um dos que pilotam a aeronave, afirmou, assim que o avião aterrissou em Auckland: “É um orgulho para os trabalhadores da Aerolíneas ajudar o país”.

O presidente da Aerolíneas Argentinas, Pablo Ceriani, destacou que “trata-se de feito inédito na história da companhia. Quero felicitar a todos os profissionais da empresa pelo trabalho realizado para habilitar, readequar e preparar estas etapas de voo especial a serviço do país e em benefício a todos os argentinos”.

Uma vez na China e com todos os insumos carregados, o avião fará nova escala em Auckland e deve aterrissar durante o fim de semana que vem na Argentina com material urgente contra o vírus.

## XIJINPING TRATOU DA REMESSA DIRETO COM CRISTINA KIRCHNER

O presidente da China, Xi Jinping, manteve uma conversa telefônica com Cristina Kirchner para tratar da ajuda solicitada pela vice-presidente.

O mandatário chinês lhe relatou que durante sua juventude, como membro das brigadas revolucionárias de Mao Tsé Tung, sendo um camponês, teve que sobreviver em um buraco no seu pequeno povoado de Liangjiahe junto a sua família na China central que naquele momento sofria com um atraso econômico e uma guerra civil.

Xi Jinping recordou do pouco que tinham para comer em meio à penúria que teve que passar.

Ele contou a Cristina que a primeira vez que sua família teve uma comida decente em anos, foi de algumas latas de alimento que chegaram a eles da Argentina, em uma doação do Partido Justicialista como ajuda à resistência do povo chinês.

Algo que o atual presidente jamais esqueceu. Hoje a República Popular da China doou à República Argentina 13 toneladas de insumos médicos e 1.500 respiradores.

Nas caixas das doações se pode ler a frase do clássico personagem argentino Martín Fierro: “Que os irmãos sejam unidos, essa é a lei primeira” e ainda, em mandarim: “Em agradecimento ao povo que alimentou a um garoto pobre e camponês que hoje quer lhes retribuir”.

Com informações do jornal Página 12 e da TV Canal 7 de Salta

## EUA enviou voo à Guatemala com 75% de deportados com Covid-19

O ministro da Saúde da Guatemala, Hugo Monroy, denunciou que os Estados Unidos enviou um voo em que 75% dos cidadãos deportados ao país centro-americanos estavam acometidos do Covid-19. “Há um voo em que por medidas de segurança e por ser um dado sensível não direi qual é, mais de 75% deu positivo”, acrescentou Monroy, alertando que se não fossem as deportações, o país contabilizaria um número muito menor de casos de coronavírus.

“O que posso dizer é que sim, houve um aumento nas cifras de deportados contaminados. Não é que os tenhamos que estigmatizar, mas falar realisticamente. A vinda de deportados contaminados tem aumentado os casos”, frisou.

Ao alertar que os EUA converteu-se

no “Wuhan da América”, o epicentro da pandemia no continente, o ministro fez uma solicitação, no início de abril ao presidente Alejandro Giammatei, para que incluisse o problema nas negociações com Washington. Apesar de informado sobre o número de casos positivos de Covid-19 entre os deportados, submetido a Trump, o presidente guatemalteco contradisse o ministro e disse que não havia nenhum, pois os Estados Unidos certificavam que os deportados não eram portadores do vírus.

Um mês após detectar o primeiro caso positivo de coronavírus no país centro-americano, já somam oficialmente as 180 pessoas contaminadas, 18 recuperadas e cinco falecidas, mas há denúncias de subnotificação em termos de anúncios de infectados e vítimas fatais.



Lady Gaga cantou “Smile”, música de Charles Chaplin para “Tempos Modernos”

## Enquanto Trump corta repasse de recursos à OMS, Irlanda quadruplica sua contribuição

O ministro das Relações Exteriores e Comércio da Irlanda, Simon Coveney, anunciou, na quinta-feira, 16, que seu país vai quadruplicar a contribuição para a Organização Mundial da Saúde, OMS, em 2020, em reconhecimento aos esforços da entidade para combater a pandemia do coronavírus no mundo.

Coveney, que também exerce o cargo de vice-primeiro-ministro, disse que “a Irlanda apoia a OMS nos esforços para coordenar uma resposta global no combate à Covid-19. Muitos países confiam na expertise e na capacidade de salvar vidas das Nações Unidas”. E afirmou que seu governo repassará 9,5 milhões de euros (quase R\$ 55 milhões) para a OMS neste ano.

“Muito obrigado ao primeiro-ministro da Irlanda e ao povo irlandês pelo seu contínuo apoio à OMS e por aumentar a contribuição de 2020 para 9,5 milhões de euros. Estamos juntos contra a Covid-19”, agradeceu o diretor-geral da OMS, Tedros Adhanom.

A medida da Irlanda foi tomada logo após Do-



“Irlanda apoia esforços da OMS”, diz ministro Coveney

nal Trump, presidente dos EUA, ter declarado que suspenderia temporariamente as contribuições para a OMS enquanto investiga a atuação – que considera pífia – da entidade no enfrentamento à pandemia. Os EUA são os maiores doadores à OMS.

Simon Coveney, descreveu essa decisão de Trump sobre o financiamento da OMS como “indefensável” e “escandalosa”.

Afirmou em sua conta de Twitter que “esta é uma decisão indefensável no meio de uma pandemia mundial” quando tantas pessoas em todo o mundo dependem da OMS.

“Socavar de forma intencionada o financiamento e a confiança neste momento é escandaloso”, disse Simon Coveney, que frisou que “este é um momento para que a liderança e a unidade mundiais ajudem a salvar vidas, não para dividir e culpar!”.

O governo da Irlanda assumiu no dia 26 de março o controle público de todas as instalações hospitalares privadas no país enquanto dura a crise devido ao novo coronavírus. São cerca de 2 mil leitos, nove laboratórios e milhares de funcionários que passaram à direção do Ministério irlandês da Saúde.

## TV argentina destaca “a ignorância de Bolsonaro, que faz piada da pandemia”

O apresentador do influente canal C5N enfatizou que Bolsonaro contraria o mundo ao trocar o ministro da Saúde de Mandetta, que seguia as orientações da OMS para o enfrentamento da Covid-19.

“Atenção para a fronteira da Argentina com o Brasil porque o imbecil do Bolsonaro tirou o ministro da Saúde para colocar um que lhe diga amém em tudo”, alertou o apresentador do canal de televisão da Argentina C5N, na última quinta-feira, dia em que Luiz Henrique Mandetta foi substituído.

Diante dos riscos, o jornalista defendeu com ênfase que o governo deve “blindar a fronteira com o Brasil, que é imensa, porque o imbecil retirou um ministro que seguia as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e a pandemia se estende rapidamente”.

Quarentena nacional à japonesa irá até 16 de maio

O primeiro-ministro do Japão, Shinzo Abe, estendeu ao país inteiro na quinta-feira (16) o estado de emergência para conter a pandemia da Covid-19 já em vigor nas áreas metropolitanas de Tóquio e Osaka há nove dias.

“As áreas onde o estado de emergência se aplicará passarão de 7 regiões para todas as regiões”, disse o chefe de governo durante reunião com especialistas médicos que o orientam sobre o combate ao vírus.



## TV Argentina defende “blindar a fronteira” diante do risco trazido pelo presidente que “desafia o mundo”

“Já são 1.924 mortos, 30.425 infectados [isso há época do programa; agora já estamos com cerca de 41 mil infectados e de 3 mil mortos] e Bolsonaro se sente no carnaval do Rio de Janeiro, desafiando o mundo, desafiando o coronavírus”, ressaltou, denunciando que não é possível

uma autoridade que se “burla da maior pandemia dos últimos tempos”. “É dramático, Bolsonaro mostra sua ignorância e sua imbecilidade”, frisou.

Veja o vídeo no link: [https://www.youtube.com/watch?v=BN7iim-D8A&feature=emb\\_logo](https://www.youtube.com/watch?v=BN7iim-D8A&feature=emb_logo)

## Premiê Shinzo Abe estende ao Japão inteiro o estado de emergência diante do Covid-19

O número de casos no Japão tem dobrado a cada oito dias e ultrapassou 9.000 – embora a aceleração também possa refletir um número maior de testes realizados. Na véspera, o país teve o maior número de óbitos em um só dia – 17, o que eleva o total para 136.

Ao decretar o estado de emergência em Tóquio e Osaka, Abe havia pedido a “colaboração de todos”, acrescentando que, segundo os especialistas, “se fizermos esforços para reduzir nossos contatos em 70%, e idealmente em 80%,”

o número de infecções diminuirá após duas semanas”.

“Vamos impedir a propagação da infecção, mantendo serviços sociais e econômicos e transporte público o máximo possível”, conclamara.

O estado de emergência vinha sendo insistentemente solicitado pela governadora de Tóquio, Yuriko Koike, favorável ao “fique em casa” e que temia que o acúmulo de casos levasse à superlotação dos hospitais.

Leia matéria na íntegra em: [www.horadopovo.com.br](http://www.horadopovo.com.br)

O evento “UM Mundo: Juntos de Casa”, em apoio à OMS, reuniu Paul McCartney, Steve Wonder, Andrea Bocelli, Celine Dion, entre os muitos artistas, apresentadores e líderes de diversos pontos do planeta

“Hoje estou muito feliz porque somos um único mundo, juntos de casa. Sinto-me muito honrada de ser parte da luta das Organização Mundial de Saúde (OMS) e Global Citizen contra o Covid-19 e no levantamento de recursos para o Fundo de Resposta Solidária”, afirmou a cantora Lady Gaga, curadora do evento “Um Mundo: Juntos de Casa” que reuniu cantores, personalidades, artistas e apresentadores dos mais diversos pontos do planeta, todos de suas residências conforme a orientação da OMS.

O evento, que aconteceu dias depois da decisão de Trump – repudiada no mundo inteiro – de cortar o repasse de recursos norte-americanos para a OMS, acabou se tornando um repúdio mundial à nefasta atitude além de demonstrar um fantástico apoio ao trabalho da organização subsidiária da ONU, levantou em poucas horas US\$ 128 milhões para apoiar a luta mundial contra o Covid-19.

Com apresentações, desde suas casas, de Paul McCartney, Celine Dion, Steve Wonder, Rolling Stones, Elton John, o programa também apresentou o italiano Andrea Bocelli, o nigeriano Burna Boy, o ator indiano Shahrukh Khan, o cantor árabe (Emirados) Hussain Al Jassmi e a atriz queniano-mexicana Lupita Nyong’o (filme 12 anos de escravidão), o evento foi especialmente dedicado aos médicos e enfermeiros, mencionando uma série de agradecimentos aos demais profissionais da Saúde e trabalhadores em serviços essenciais, como agricultores e urbanitários com cartazes trazendo a frase: “Eu fique no trabalho por vocês/ Fiquem em casa por nós”.

Os participantes buscaram ressaltar disposição de luta (como profissionais aposentados que se apresentaram para o trabalho) e mensagens de confiança e de unidade internacional, trazendo como frase central o provérbio africano: “O amanhã pertence aos que se preparam para ele hoje”.

Entre cenas mostradas entre uma e outra apresentação, mais menções aos profissionais de saúde “na linha de frente, nas trincheiras hospitalares desta batalha”, mostrando o aplauso em diversos pontos do mundo a eles e desenhos de arco-íris por crianças de várias localidades declarando: “Enfermeiros são heróis”.

Alguns dos pontos altos foram Jennifer Lopez cantando a música que adquiriu fama mundial na voz de Barbara Streisand, People (de Bob Merrill e Jule Styne); What a Wonderful World, numa bela interpretação por Shawn Mendes e Camilla Cabello; e “A Change Will Come” (Uma Mudança Virá) cantada por Lizzo, entre muitos outros.

O evento teve a presença de apresentadores como Jimmy Fallon, Ellen DeGeneres e Oprah Winfrey.

O secretário-geral da OMS, Dr. Tedros Adhanom Ghebreyesus, destacou a importância do evento e agradeceu aos artistas, profissionais de Saúde e promotores do show:

“Hoje nos reunimos com um só para expressar nossa humanidade comum, para prantear os que nós perdemos, para saudar os trabalhadores da Saúde, que nos salvam, e dizer a uma só voz: ‘Nós não seremos derrotados’.”

“O Covid-19 tirou tanto de nós, mas também nos deu uma oportunidade única para que coloquemos de lado nossas diferenças, para que quebre mos bar-

reiras, para que possamos sentar e observar o melhor uns nos outros e para erguer nossas vozes pela ajuda para todos e para garantir que isso nunca volte a acontecer. O mundo possui organizações que se orgulham de tomar parte neste show de solidariedade. Eu quero agradecer a Lady Gaga, os muitos artistas e apresentadores, meu amigo Hugh Evans (fundador da organização que ajudou a realizar o show, a Global Citizen), às Nações Unidas por nos trazerem juntos como um mundo só, juntos em casa.”

**Destacamos alguns dos líderes que expressaram apoio à OMS e repúdio à hostilidade de Donald Trump, em declarações na véspera do evento, divulgadas pela Global Citizen:**

– Jacinda Ardern, primeira-ministra da Nova Zelândia: “Em um momento como este, quando precisamos compartilhar informação e precisamos nos aconselhar com quem podemos confiar, a OMS pode nos fornecer isso”.

– Simon Coveney, vice-premiê e ministro do Exterior da Irlanda: “Esta é uma decisão indefensável, em meio a uma pandemia global. Tantas populações vulneráveis se apoiam na OMS – deliberadamente minar o financiamento é chocante. Agora é o momento de união para salvar vidas, não para divisão e acusações”.

– António Guterres, secretário-geral da ONU: “Agora é hora para unidade na batalha global para empurrar a pandemia do Covid-19 rumo à reversão, não é o momento de cortar recursos da OMS, que está à testa e na coordenação dos esforços desta entidade global”.

– Jimmy Carter, ex-presidente dos Estados Unidos: “Estou angustiado com a decisão de segurar fundos criticamente necessários dos EUA para a OMS, especialmente durante esta pandemia internacional”.

– Moussa Faki Mahamat, presidente da União Africana: “A decisão do governo dos Estados Unidos de suspender o financiamento da OMS é profundamente lamentável. Hoje mais do que nunca o mundo depende da liderança da OMS para promover a resposta mundial à pandemia”.

– Boris Johnson, primeiro-ministro do Reino Unido: “Nossa posição é que o Reino Unido não tem qualquer plano de parar de financiar a OMS que tem um papel importante em liderar a resposta de Saúde do mundo inteiro”.

– Karina Gould, ministra de Desenvolvimento Internacional do Canadá: “Estamos desapontados com os cortes porque agora mais do que nunca uma reposta global coordenada baseada em dados acurados e na ciência é essencial”.

– Heiko Maas, ministro do Exterior da Alemanha: “Achar culpados não vai ajudar. O vírus não conhece fronteiras. Temos que trabalhar de forma muito próxima contra o Covid-19. Um dos melhores investimentos é fortalecer a ONU e sua subsidiária, a OMS, por exemplo para distribuir testes e vacinas”.

– Dr. Patrice Harris, presidente da Associação Médica Americana (AMA): “Cortar financiamento para a OMS – ao invés de focar nas soluções – é um movimento perigoso em momento precário do mundo. A AMA está profundamente preocupada com esta decisão e suas amplas ramificações e fortemente instamos o presidente a reconsiderar”.

## Pesquisa mostra que 66% nos EUA defendem a quarentena

Pesquisa feita pelo Pew Research Center revelou que a maioria dos norte-americanos está favorável à quarentena, cujo desmanche tornou-se o mote de reeleição de Trump sob o lema de “Reabra a América de Novo”.

Dois terços dos norte-americanos, 66%, temem que os governos estaduais levem rápido demais as restrições ao distanciamento social, mostrou a pesquisa, que entrevistou cerca de 5 mil adultos norte-americanos.

Para um-terço dos entrevistados, a preocupação é de que o levantamento do distanciamento social fosse demasiado lento.

Indivíduos que se identificaram como republicanos se mostraram praticamente divididos sobre a questão, com 51% preocupados de que o levantamento da quarentena fosse “rápido demais”.

Na quinta-feira, o presidente Trump apresentou seu plano para dar fim à quarentena, em que teve de recuar da ameaça de passar por cima dos governadores, mas insistindo em que metade dos estados poderia suspender “até mesmo antes do 1º de maio”.

### ENSANDECIDOS

Cabos eleitorais de Trump, fanáticos por armas, neonazistas e madames desocupadas foram às ruas de alguns estados para desacatar a quarentena e apoiar o presidente. A versão norte-americana do “vem pra rua morrer” incluiu ainda bandeiras confederadas, suásticas e bonés “Make America Great Again”.

Em Michigan, uma faixa praticamente traduzia tudo o que a turba queria: “Isto é LOUCURA. E só um VIRUS DE RESFRIADO. Acabe a quarentena pelo BEM de TODOS nós”.

Em fevereiro, nos comícios, Trump chamava a Covid-19 de “gripe comum”, que iria desaparecer “com o calor da primavera”. Só aceitou a quarentena, depois que Wall Street foi ao chão, sob o impacto dos corpos se amontoando nos hospitais de Nova Iorque, e mesmo depois passou dias prometendo “reabrir os negócios” até à Páscoa.

O dia escolhido para o anúncio do plano de Trump contra a quarentena não poderia ser mais coerente: na quinta-feira, os EUA registram 4.591 óbitos em 24 horas por Covid-19 – um recorde absoluto –, muito mais do que morreram no 11 de Setembro, tão notório no imaginário norte-americano.

Em outro recorde macabro, o total de óbitos da pandemia no país dobrou, em uma semana, e já passa de 34 mil. Novo epicentro do coronavírus, os EUA já têm mais de 30% de todos os casos no mundo, e o maior número de mortos do planeta.

A mortandade recorde também aconteceu um dia depois de Trump asseverar que o país já tinha ultrapassado o pico do contágio.

Como observa o portal Common Dreams, o trumpismo está transformando os republicanos em uma seita de culto à morte.

Trump, depois de dizer que “é gente que gosta de mim”, para reforçar correu a tuitar “liberte Michigan”, “Liberte Minnesota”, “Liberte Virginia”. Por coincidência, todos estados-pêndulo, aqueles que ora votam nos democratas, ora nos republicanos.

Leia mais em [www.horadopovo.com.br](http://www.horadopovo.com.br)

## Governo inglês prorroga afastamento social após um recorde de mortes em 24 horas

O secretário de Estado da Grã Bretanha, Dominic Raab, anunciou que a quarentena será prorrogada por, pelo menos, três semanas para tentar frear a propagação da pandemia de Covid-19, até 7 de maio.

Raab lidera interinamente o governo, enquanto o primeiro-ministro Boris Johnson se recupera da doença, que chegou a levá-lo à UTI.

A extensão do confinamento ocorreu na quinta-feira (16), dia em que o país registrou novo recorde de mortes em 24 horas – 861 – e superou a marca dos 100 mil contágios.

De acordo com o Guardian, Raab disse que a quarentena poderá ir “até junho”.

O total de mortos pelo coronavírus chegou a 13.729, segundo o Serviço Nacional de Saúde, a saúde pública inglesa, conhecida pela sigla NHS.

A escalada das mortes diárias é um indicio de que o novo coronavírus está chegando ao pico do contágio na Grã Bretanha, mas, conforme o ministro da Saúde, Matt Hancock, é cedo demais para suspender a quarentena porque o vírus “se alastraria”.

O país tem o quinto maior número de mortes por covid-19 do mundo, atrás dos

EUA, Itália, Espanha e França. Mas o número de mortos real deve ser ainda maior, já que essa contagem só inclui mortes em hospitais.

“Achamos que é cedo demais para fazer uma mudança”, disse Hancock. “Embora tenhamos visto um achatamento no número de casos e, felizmente, um achatamento no número de mortes, isso ainda não começou a baixar”.

“Se simplesmente descartássemos todas as medidas agora, o vírus voltaria a se alastrar, e não podemos deixar isso acontecer”, afirmou.

Antes de aceitar o bom conselho dos infectologistas, o governo Johnson havia caído no conto da “imunização de rebanho”, de acordo com o qual era só deixar o coronavírus ir contagiando “naturalmente”, para a população ficar imunizada. Uma versão britânica do “vem pra rua morrer”. Estudo do renomado Imperial College mostrando que a mortandade que esse ‘método’ acarretaria seria monstruosa e socialmente inaceitável, fez o governo mudar de ideia e instaurar a quarentena, e correr atrás do tempo perdido.

A.P.

Leia mais em [www.horadopovo.com.br](http://www.horadopovo.com.br)

# ‘Nossa prioridade é salvar vidas’, diz OMS diante do calote de Trump



Dr. Tedros, diretor-geral da OMS: “a hora é da unidade na luta comum contra o coronavírus”

## Carter condena Trump por “reter fundos à OMS durante a pandemia”

“Estou angustiado com a decisão de reter os fundos críticos dos EUA para a Organização Mundial de Saúde, especialmente durante uma pandemia internacional”, afirmou o ex-presidente norte-americano Jimmy Carter

“A OMS é a única organização internacional capaz de liderar os esforços para controlar esse vírus”, acrescentou em comunicado.

As declarações de Carter vieram um dia depois do corte dos repasses de verba dos Estados Unidos à Organização Mundial de Saúde (OMS), anunciado por Trump no dia 14, em pleno pico mundial da pandemia do novo coronavírus.

O diretor-geral da OMS,



Ex-presidente dos Estados Unidos, Jimmy Carter

Dr. Tedros Ghebreyesus, lamentou a mudança de posição da Casa Branca, destacando que “agora nosso foco é deter o vírus e salvar vidas”, acrescentando que “este é um momento para todos nós estarmos unidos em nossa luta comum contra uma ameaça comum, um inimigo poderoso.”

## Dinamarca destina mais recursos para as empresas e trabalhadores em afastamento

A Dinamarca anunciou no sábado (18) que ampliou a duração de seus programas de ajuda a empresas e trabalhadores até 8 de julho, acrescentando novas medidas e expandindo gastos em quase US\$ 15 bilhões.

O governo dinamarquês disponibilizou mais 100 bilhões de coroas dinamarquesas (equivalente a US\$ 14,6 bilhões) em medidas para apoiar as empresas que enfrentam dificuldades durante o isolamento para combater a disseminação do novo coronavírus.

“Com este acordo, estamos enviando 100 bilhões de coroas a empresas para ajudá-las e também a seus funcionários a superar isso”,

## Inglaterra pagará 80% de salários até junho para evitar demissões

O governo do Reino Unido estenderá por mais um mês, até junho, o programa de preservação de emprego das empresas afetadas pelo novo coronavírus

A medida veio junto com a prorrogação, em pelo menos outras três semanas, da quarentena anunciada por Dominic Raab, que chefia interinamente o governo britânico enquanto o primeiro-ministro Boris Johnson se recupera da Covid-19.

No programa, que evitou demissões em massa, como as que vêm ocorrendo nos EUA sob Trump, o governo britânico subsidia 80% do salário desde que a empresa mantenha o trabalhador na folha de pagamentos, até o valor de 2.500 libras esterlinas (R\$ 16,2 mil) mensais. Na prática, é a nacionalização das folhas de pagamento durante a quarentena.

É, na descrição de um economista, como se o trabalhador estivesse em licença por doença paga pelo governo durante o tempo da quarentena, evitando demissões que provavelmente levariam a

pedido de seguro-desemprego, ao mesmo tempo em que preserva ao máximo a economia para a hora da retomada.

Inicialmente, o programa estaria em vigor até maio. Como assinalou o ministro da Economia, Rishi Sunak, ao apresentar as medidas, “sem precedentes” de amparo às empresas e aos trabalhadores, “não é hora de pensar em ortodoxia, nem de ideologia”.

Apontando que era imprescindível garantir as condições de respeito ao isolamento obrigatório, Sunak acrescentou ser “crucial” para a vida dos cidadãos que a economia volte a caminhar “quando for seguro fazer isso”.

O governo conservador britânico, que no primeiro momento era favorável a que o laissez-faire médico cuidasse da pandemia, até chegar à “imunização de rebanho”, deu meia-volta e endossou a quarentena após estudo do renomado Imperial College demonstrar que o preço em vidas seria absolutamente insu-

portável (e provavelmente varreria os conservadores do poder por décadas). O próprio Johnson acabou pegando a Covid-19.

No sábado, o número de mortes pelo novo coronavírus nos hospitais britânicos subiu para 15.464, após 888 novos óbitos nas últimas 24 horas. Esses totais não incluem mortes fora dos hospitais – ou seja, são subestimados. Na véspera, haviam sido 847 mortos, e a avaliação é que o país está no auge do pico de contaminação. Em 24 horas, ocorreram 5.526 novos casos.

Nos últimos dias, cresceu o clamor do pessoal do sistema único de saúde britânico, o NHS, sobre a falta de equipamentos de proteção. Porta-voz do ministério da Saúde britânico admitiu que o número de trajés médicos em algumas regiões “é insuficiente” e reconheceu que o momento “é extremamente angustiante para as pessoas que trabalham na linha de frente”. Está sendo aguardado um grande carregamento de equipamentos de proteção da Turquia.

Tedros Ghebreyesus lamentou a decisão de Trump ao deixar de cumprir obrigações para com a OMS e reafirmou o “compromisso de promover a saúde para todos no mundo, sem medo ou favoritismo”

Com notável serenidade e realçando a importância da Organização Mundial da Saúde (OMS) como um braço da ONU para assegurar a todas as pessoas o direito à saúde, o diretor-geral, o etíope Tedros Adhanom Ghebreyesus, respondeu ao corte do repasse dos EUA, determinado pelo presidente Donald Trump, em plena pandemia da Covid-19, e quando o total de contágios já supera os 2 milhões no planeta e, só nos EUA, o número de mortos dobrou em uma semana, para 30 mil.

A atitude de Trump, que os críticos internos consideram não passar de uma jogada eleitoral para lançar sobre a OMS a culpa pelo desastre causado por ele aos EUA com sua minimização da pandemia e incompetência, foi denunciada como um “crime contra a Humanidade”.

Primeiro africano a presidir a OMS, o etíope Dr. Tedros foi eleito em 2017 para um mandato de cinco anos e se tornou o rosto da luta dos povos do mundo contra o novo coronavírus. Ele tem doutorado em Saúde Comunitária pela Universidade de Nottingham e mestrado em Imunologia de Doenças Infecciosas pela Universidade de Londres. Entre 2005 e 2012, foi ministro da Saúde da Etiópia, e depois, ministro das Relações Exteriores.

A.P

### “Solidariedade para derrotar a Covid-19”

“Quando nações do mundo inteiro se uniram para formar as Nações Unidas em 1945, uma das primeiras coisas que discutiram foi a criação de uma organização para proteger e promover a saúde das pessoas do mundo.

Eles expressaram esse desejo na Constituição da OMS, que afirma que a posse do melhor estado de saúde que é capaz de alcançar constitui um dos direitos fundamentais de todos os seres humanos, independentemente de sua raça, religião, opiniões políticas, condição econômica ou social.

Ainda é esse credo que nos move hoje.

Os Estados Unidos da América sempre demonstraram amizade e generosidade em relação à OMS, e esperamos que isso não mude.

Lamentamos a decisão do presidente dos Estados Unidos de ordenar a suspensão do financiamento à Organização Mundial da Saúde.

Apoiado pelo povo e pelo governo dos Estados Unidos, a OMS está trabalhando para melhorar a saúde de muitas das pessoas mais pobres e vulneráveis do planeta.

A OMS não está apenas lutando contra a Covid-19. Também estamos trabalhando em soluções para a poliomielite, sarampo, malária, Ebola, HIV, tuberculose, desnutrição, câncer, diabetes, saúde mental e muitas outras doenças e condições.

Também estamos trabalhando ao lado dos países para fortalecer os sistemas de saúde e melhorar o acesso a serviços essenciais de saúde.

Atualmente, estamos examinando o impacto que uma retirada de financiamento dos Estados Unidos teria em nosso trabalho e procuraremos, com a ajuda de nossos parceiros, compensar quaisquer déficits financeiros que possamos

enfrentar, a fim de garantir que nosso trabalho continue sem interrupção.

Mantemos o compromisso total de promover a saúde e a ciência e de servir a todos os habitantes deste planeta sem medo ou favoritismo.

Nossa missão e mandato é trabalhar com todas as nações em pé de igualdade, independentemente do tamanho de sua população ou economia.

A Covid-19 não faz distinção entre nações ricas e pobres, grandes e pequenas. Não lhe importa nacionalidade, etnia ou ideologia.

O mesmo vale para nós. Para todos nós, hoje é o momento da unidade em uma luta comum contra uma ameaça comum, um inimigo perigoso.

Quando estamos divididos, o vírus tira proveito das lacunas que nos separam.

Temos o compromisso de servir as pessoas do mundo e de sermos responsáveis pelos recursos que nos são confiados.

Quando chegar a hora, os Estados Membros da OMS e os órgãos independentes estabelecidos para garantir a transparência e a responsabilidade revisarão como a Organização de Doenças Infecciosas pela Universidade de Londres administrou essa pandemia, conforme previsto nos procedimentos estabelecidos por esses mesmos Estados Membros.

Não há dúvida de que esta revisão destacará áreas de melhoria e lições para todos nós.

Mas, por enquanto, nossa prioridade – minha prioridade – é parar esse vírus e salvar vidas.

A OMS reconhece com gratidão as muitas nações, organizações e indivíduos que expressaram seu apoio e compromisso nos últimos dias, inclusive por meio de uma contribuição financeira.

Saudamos essa onda de solidariedade, porque é ela que dita as regras do jogo para derrotar a Covid-19.

A OMS está fazendo seu trabalho.

A cada dia, a cada minuto que passa, continuamos a estudar esse vírus, muitos países nos dizem o que está funcionando e compartilhamos essas informações com o mundo inteiro.

Mais de 1,5 milhão de pessoas estão registradas para o treinamento on-line da OMS no OpenWHO.org, uma plataforma que continuamos a desenvolver para treinar milhões de outras pessoas e nos permite combater efetivamente a Covid.

Então, hoje lançamos um novo curso de treinamento para profissionais de saúde sobre como colocar e retirar equipamentos de proteção individual.

Todos os dias, reunimos milhares de clínicos, epidemiologistas, treinadores, pesquisadores, técnicos de laboratório, especialistas em prevenção de infecções e outros para compartilhar seus conhecimentos sobre a Covid-19

Nossas diretrizes técnicas compilam as evidências mais atualizadas para uso dos ministros da saúde, profissionais da saúde e indivíduos.

Ontem, tive a honra de falar com os chefes de estado e de governo dos 13 países da ASEAN + 3.

Ouvir suas experiências e seu compromisso de trabalhar juntos por um futuro comum foi particularmente estimulante.”

Leia a íntegra da declaração em [www.horadopovo.com.br](http://www.horadopovo.com.br)

# A República e a formação do caráter nacional - (2)

Continuação da edição anterior

Quando foi impossível adiar por mais tempo a Abolição, o imperador caiu, pois não representava mais nada

CARLOS LOPES

**E**m 1885, Anfrísio Fialho publicou o seu panfleto “**Processo da Monarquia Brasileira: necessidade da convocação de uma constituinte**”.

Foi uma edição de 10 mil exemplares, distribuída gratuitamente, o que não era pouca coisa na época, sobretudo para um livreto (ele o chamou “folheto”) de 50 páginas.

O autor fora, de dezembro de 1864 a março de 1870, oficial do Exército na Guerra do Paraguai – sob o comando de Osório, Mitre, Caxias, e, depois, do Conde D’Eu -, condecorado mais de uma vez por bravura em combate; fora, também, adido militar do Brasil na Bélgica, quando, em 1876, publicou uma obra quase hagiológica com o título “**Biographia do Sr. D. Pedro II, Imperador do Brazil**”, ou, na edição original, em francês, “**Dom Pedro, Empereur du Brésil**”.

Entretanto, nove anos depois, escrevia Fialho:

“Se um particular, um pequeno mortal ou um pobre diabo promete e não cumpre, é um *tratante*; se pede um pouco de dinheiro ou um objeto emprestado e não o restitui é um *ladrão*; se, para matar a fome, ele vai furtar, mas se há luta e ele mata alguém, qualificam-no imediatamente de *assassino* e pedem a mais severa punição ou ‘a amputação desse membro gangrenado do corpo social’. Apareça porém um príncipe reinante que viole o seu juramento, que explore e roube um povo inteiro, que mate lentamente – pelo desespero, pela loucura e pela fome – milhões de seus semelhantes, e verão que muitos poucos qualificarão a sua conduta de *criminosa*, como merece, por parecer-lhe que é uma *falta de respeito* chamar *tratante*, *ladrão* e *assassino* a quem rouba ‘com luva de pelica’ ou quem mata por intermédio de terceiros responsáveis; e os que ousarem fazê-lo não encontrarão crédito e antes se exporão ao ridículo e a sofrer os insultos e os maus tratos dos numerosos defensores mais ou menos néscios, subservientes e interessados na conservação do príncipe. Mesmo os bons e bem intencionados fogem de sua companhia para ‘não comprometer-se’. Esta diferença enorme no modo de considerar as mesmas cousas em relação à pessoas diferentes é devida exclusivamente à influência mágica e prestígio do poder. Esta influência misteriosa e onipotente, a educação que ensinou ao brasileiro a humilhar-se perante aqueles que estão ligados à monarquia (a mais elevada expressão do poder em ação), a esperança de algum benefício da parte de quem pode dar tudo e o temor de não ser nada neste mundo de vaidades e de misérias explicam a razão pela qual o leitor brasileiro, em geral, estranha e condena o emprego de certas expressões ou qualificativos em referência ao Imperador, aos seus ministros ou mesmo a um senador” (cf. Anfrísio Fialho, **Processo da Monarquia Brasileira: necessidade da convocação de uma constituinte**, pp. 44-45; a ortografia do texto foi atualizada; os itálicos estão no original).

Fialho argumentava – e de-



nunciava – que, para manter a monarquia, Pedro II tinha por plano (e, na verdade, precisava, para alcançar esse objetivo) “reduzir a nação ao estado de cadáver, pela pobreza e pelo atraso, impedindo-lhe o progresso e a prosperidade, que dão a força e a independência”.

Um pouco mais extensamente: “Quando à realidade [dessa política de] reduzir a nação ao estado de cadáver – ela aí está palpável para quem quiser sentir o visível, para quem quiser ver, e não se deixa iludir pelas aparências desta capital que, por seu comércio, é uma cidade mais estrangeira do que nacional e parece um oásis num imenso deserto apesar da grande miséria que o observador inteligente pode facilmente nela descobrir. Aí está a lavoura, primeira e quase única fonte de renda do país, endividadíssima e em véspera de uma grande catástrofe, pela abolição do seu principal elemento de trabalho – o escravo; aí está o déficit constante e crescendo, cada vez mais; províncias há que não podem pagar os empregados públicos; o papel-moeda, único meio circulante, depreciado em cerca de 50%; há poucos anos, para não haver demora na satisfação dos nossos compromissos para com os credores do Estado na Europa, aproveitamos a ocasião que se oferecia para vender-se um navio encouraçado, o Independência; atualmente, nos dias marcados para o pagamento dos juros das apólices da dívida pública, o pagador encobre a falta de dinheiro dizendo ‘que as folhas ainda não estão preparadas’; o Estado procura nas loterias, isto é, no dinheiro dos pobres e no jogo, parte dos recursos que precisa para as suas despesas; a mendicidade está organizada em todo o Império, com os seus dias e suas horas certas; até para sustentar o Asilo da mendicidade teve o governo de formar uma sociedade para mendigar esmolas entre os particulares; advogados, médicos e engenheiros estão à espera de emprego público para viver, e enquanto não o obtêm vivem miseravelmente e de empréstimos, que é a esmola disfarçada; a prostituição pública e particular em tão grande escala é outra forma de mendicidade à que se vê reduzida uma parte da população” (Anfrísio Fialho, **op. cit.**, pp. 18-19).

O ex-oficial do Exército – que, na guerra, fora comandante da bateria de voluntários alemães de São Leopoldo, por dominar a língua germânica (estudara em Carlsruhe, na época, capital do Grão-Ducado de Baden) – não faz apenas o “processo” da monarquia brasileira. Ao citar uma frase de Lamartine, o poeta e político francês, ele faz o processo da monarquia enquanto regime: “Por toda parte”, diz Lamartine, “o trono é o símbolo



da imobilidade, pelo receio que se tem de cair de tamanha altura.”

Quando ao Brasil, no livreto de Anfrísio Fialho:

“Para fazer uma ideia, por comparação, da situação econômica do Brasil, que foi qualificado de país paupérrimo por um estrangeiro insuspeito, o cônsul dos Estados Unidos, no relatório que enviou ultimamente ao seu governo, bastará lembrar que a receita do Império é igual à da cidade de Paris!”

“É este o resultado financeiro de quase meio século de absolutismo do Sr. D. Pedro II!”

“E como não ser assim, se o governo do Imperador nunca fez o que devia fazer para promover o progresso da nação? Como poderia o Brasil ter progredido e desenvolvido os seus recursos naturais sem estradas de rodagem, sem braços, sem capitais, sem instrução pública e educação nacional e profissional, isto é, sem um só dos fatores reconhecidos pelos economistas como indispensáveis ao progresso da riqueza social, e, ainda em cima, conservando a escravidão, que é o mais poderoso obstáculo à esse progresso? Porque milagre teríamos prosperado, seríamos um povo rico, adiantado, forte e cheio de prestígio sem o emprego de um só daqueles meios aconselhados pela economia política e existindo no nosso seio o cancro da escravidão?”

A manutenção da escravidão pelo Império é, para Fialho, a causa principal – a rigor, também a fundamental – do atraso do Brasil: “Com efeito, o governo do Imperador não somente nunca mandou construir estradas do rodagem – a primeira de todas as condições de prosperidade de um país que vive quase exclusivamente da lavoura – nunca procurou seriamente resolver o problema da imigração e da colonização, cuja solução nos traria um grande cabedal de inteligência, de trabalhos e de indústria; nunca organizou um plano de ensino profissional ou de educação nacional, **como conservar até onde pôde o elemento destruidor de todo progresso, o fator principal de nosso atraso, da nossa pobreza, da nossa podridão moral, a escravidão**, fazendo desta criminosa instituição o mais ativo colaborador de sua obra de destruição no interior, assim como fez da febre amarela, por

**A Revista Ilustrada, de Angelo Agostini, edição de 16 de novembro de 1889**

intermédio das falas do trono, o seu principal meio de propaganda contra a imigração” (grifo nosso).

A imigração de trabalhadores europeus, na época, era considerada essencial para que o fim da escravidão não tivesse, como consequência, uma crise na lavoura, onde o trabalhador era o escravo, portanto, uma crise na economia do país. Desde 1847, o senador Vergueiro, fazendeiro em São Paulo, empregava trabalhadores vindos da Europa – mas o vício da escravidão, no trato com os trabalhadores, fez com que os suíços e alemães se revoltassem no dia 24 de dezembro de 1856, na fazenda de Ibicaba (v. José Sebastião Witter, “Ibicaba revisitada” in Tamás Szmrecsányi e José Roberto do Amaral Lapa, “**História Econômica da Independência e do Império**”, Hucitec, 1996, p. 131).

Mas, como diz Fialho, fora algumas iniciativas um pouco menos que modestas, a monarquia conteve como pôde a imigração (cf. os dados numéricos na “tabela 4.1 – Imigração no Brasil 1820-1975” in IBGE, “**Brasil – 500 Anos de Povoamento**”, Rio, 2007, p. 225).

Ele prossegue: “Eis aí porque razão não temos prosperado. A culpa é toda da monarquia porque é do governo do Imperador, que não fez nada absolutamente do que devia ter feito para promover o bem-estar, o progresso e a felicidade da nação. E como é o Imperador que tem governado *exclusivamente* o país, segue-se que é ele o *único culpado*” (Anfrísio Fialho, **op. cit.** p. 20, itálicos no original).

A última frase merece uma observação.

Temos destacado, em vários outros trabalhos, como era falso o parlamentarismo do Império. Não apenas pela macaqueação do parlamento inglês, pois esta, como observou Manoel Maurício de Albuquerque, não era apenas macaqueação: correspondia a uma necessidade interna – da importação da forma não se deduz que também o conteúdo seja importado, até porque isso é impossível.

O problema que ressaltamos se expressa, primeiramente, no âmbito legal.

Pela Constituição de 1824, que foi a do país até a Proclamação da República e a aprovação da Constituição de 1891:

“Art. 98. O Poder Moderador é a chave de toda a organização política, e é delegado privativamente ao Imperador, como Chefe Supremo da Nação, e seu Primeiro Representante, para que incessantemente vele sobre a manutenção da Independência, equilíbrio, e harmonia dos mais Poderes Políticos.

“Art. 99. A Pessoa do Imperador é inviolável, e Sagrada: Ele não está sujeito a responsabilidade alguma.

“Art. 102. O Imperador é o Chefe do Poder Executivo, e o exercita pelos seus Ministros de Estado.”

Muitos, inclusive monarquistas até as entranhas, levantaram que essa era, paradoxalmente, uma Constituição **absolutista** (após a consolidação do Segundo Reinado, o primeiro ataque ao “poder pessoal” do imperador, registra Otaciano Nogueira em seu estudo sobre a Constituição de 1824, partiu do líder do Partido Liberal, Zacarias de Góes e Vasconcelos, em 1860; cf. Otaciano Nogueira, **Constituições Brasileiras Volume I, 1824**, 3ª edição, Senado Federal, Brasília, p. 34).

O paradoxo estava em que as constituições surgiram para limitar o poder pessoal dos monarcas, não para sancioná-lo.

Anfrísio Fialho aborda a mesma questão, porém, mais no campo político do que no campo jurídico – e pela simples comparação com o suposto modelo monarquista: a Inglaterra.

Nesse último país, a rainha ou rei nomeavam, para chefiar o governo, o líder do partido que houvesse ganho as eleições.

O contrário acontecia no Brasil monárquico: vencia as eleições o partido cujo líder fosse nomeado pelo imperador.

Fialho exemplifica com a então recente sucessão do conselheiro Saraiva, do Partido Liberal, na presidência do Conselho de Ministros, em agosto de 1885 – o mesmo Saraiva que declarara extinto o “poder pessoal” do imperador com a reforma eleitoral que aprovava em 1881:

“Um fato recente prova exuberantemente que nem o Imperador está disposto a *suicidar-se*, politicamente falando, nem que a lei do Sr. Saraiva teve o alcance que o seu autor lhe quer emprestar. Este fato é o seguinte: tendo o ministério Saraiva sido obrigado a dar a sua demissão, não em consequência de um voto do parlamento, mas porque reconheceu que estava caindo na ‘vala comum’, o Imperador, em vez de encarregar um chefe liberal de formar um novo gabinete (...) deu o poder ao chefe da minoria conservadora, o Sr. Cotegeipe, procedendo assim absolutamente como procedia antes da última lei eleitoral e usando dos mesmos meios, pretextos e artifícios para *salvar* as aparências. O Imperador conduziu-se nessa mudança de política ou sucessão dos partidos no governo do país como se a lei eleitoral do Sr. Saraiva não existisse; e se o Sr. Saraiva qualificava de absolutismo ou poder ditatorial a conduta do Imperador quando *antes* da última lei eleitoral substituiu os partidos no poder a seu capricho, arbitrariamente, **sem indagar se tinha havido, ou não, votação na câmara dos deputados, ou qual deles tinha maioria na câmara**, também deve qualificar do mesmo modo o fato idêntico que o Imperador praticou

depois da referida lei” (cf. **op. cit.**, pp. 15-16, grifo nosso).

\*\*\*

O leitor pode, com toda razão, perguntar: como pôde um sistema desses aguentar-se por 49 anos (1840 a 1889)?

O motivo fundamental é que os políticos que se sucediam no governo **não** eram os principais representantes da classe dominante – os senhores de escravos. Nem mesmo aqueles empedernidos escravocratas, que não tinham o menor pudor em defender a escravidão, sem precisar de argumentos encobridores – Martinho Campos, Cotegeipe, Muritiba, por exemplo – eram os principais representantes políticos da sua classe.

**O imperador era o principal representante dos senhores de escravos.**

A monarquia, no Brasil, era uma escravocracia.

Quando foi impossível adiar por mais tempo a Abolição, o imperador caiu, pois não representava mais nada.

Pedro II jamais teve problemas em substituir o senador Dantas, abolicionista, por Saraiva, senhor de engenho do Recôncavo Baiano (maio de 1885); ou substituir o mesmo Saraiva pelo feroz escravagista Martinho Campos (janeiro de 1882) ou por Cotegeipe (agosto de 1885), outro escravocrata sem pudor, na presidência do Conselho de Ministros.

Fialho, em seu livreto, alude a isso, exemplificando com a rejeição do projeto Dantas/Rui Barbosa de emancipação dos escravos:

“... para fazer crer que ele [Pedro II] deseja a abolição da escravidão, fez com que o ministério Dantas apresentasse um projeto que satisfazia aos abolicionistas e mandou o genro telegrafar para o Rio Grande do Sul ‘que empregassem na emancipação de escravos a soma destinada aos festejos que se preparavam para recebê-lo conjuntamente com a princesa imperial’.

“Mas a verdade é que o Imperador sabia por diferentes manifestações já feitas, que o projeto Dantas seria repellido pela câmara, como de fato aconteceu. Este primeiro triunfo conseguido, e sabendo ele perfeitamente que a nova lei eleitoral é toda favorável aos proprietários, isto é, aos fazendeiros e outros possuidores de escravos, consentiu na dissolução da câmara dos deputados, na esperança de ver os abolicionistas esmagados pelo número. O país, porém, mandou para o parlamento uma maioria, ainda que fraca, favorável ao ministério [do senador Dantas]. O que fazer então para impedir que o projeto ministerial se convertesse em lei? Só havia um meio: *demitir o ministério*. Para este fim deixou o Imperador de sustentar eficazmente o Sr. Dantas e mandou-o dar batalha aos adversários do seu projeto *antes de acabar a verificação dos poderes dos deputados e quando já havia certeza que a maioria dos deputados reconhecidos lhe era hostil*. Veio então o Sr. Saraiva, *indicado pelos chefes conservadores*, isto é, pelos adversários do projeto Dantas, e apresentou o ‘monstro’ que vai ser lei do país” (op. cit., p. 23, itálicos no original).

O “monstro” era a lei Saraiva-Cotegeipe, chamada, impropriamente, “lei dos sexagenários” (na verdade, depois de completar 60 anos, o escravo, para ser emancipado, teria que trabalhar mais cinco anos, a título de ressarcimento dos gastos que o senhor fizera com ele...).

Havia, então, muito poucas dúvidas – se é que havia alguma – sobre o que era a monarquia.

Continua na próxima edição